



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**O impacto do Funcionamento Familiar, do
Autocontrolo e das Experiências Traumáticas na
Delinquência**

ANA CATARINA GAMEIRO DE BRITO

26557

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Professor de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

2021

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação
da Professora Doutora Maria Gouveia Pereira
apresentada no ISPA- Instituto Universitário para
obtenção de grau de Mestre na especialidade
de Psicologia Clínica

Agradecimentos

Esta dissertação representa a conclusão de uma etapa e o alcance de um objetivo muito importante. Foi um percurso de muito trabalho, esforço e dedicação, mas não teria conseguido chegar aqui sem o apoio de muitas pessoas, às quais quero agradecer.

Começo por agradecer à minha orientadora, Dr.^a Maria Gouveia Pereira por todos os conselhos e orientação ao longo de todo este percurso. Agradecer toda a disponibilidade que teve ao longo do processo de realização desta dissertação.

Às minhas colegas de Seminário de Dissertação, que me acompanharam e viveram esta fase comigo, pela partilha de experiências e conhecimentos.

Um agradecimento muito especial à minha família. À minha mãe, por tornar toda a minha formação possível, por todo o amor, afeto e por me ensinar que a persistência compensa. Ao meu pai que sempre me guiou durante todo o percurso. E ao meu irmão, por todo o apoio e encorajamento. Sem vocês nada disto seria possível.

Aos meus amigos, por toda a paciência. Ao meu namorado, que sempre esteve presente para me ajudar nos momentos bons e menos bons e por toda a compreensão e motivação ao longo deste percurso.

A todos vocês, um muito obrigado!

ÍNDICE

Introdução:.....	1
Revisão de Literatura.....	2
1. Delinquência.....	2
1.1. Percurso e continuidade da delinquência.....	4
1.1.1. Adolescência e Transição para a idade adulta.....	4
1.1.2. Delinquência limitada à adolescência	5
1.1.3. Delinquentes Persistentes.....	6
1.2. Fatores de Risco:.....	7
1.3. Fatores de Proteção	9
2. Família:.....	10
2.1. Modelo Circumplexo de Olson.....	12
2.1.1. Coesão Familiar:.....	12
2.1.2. Flexibilidade Familiar	13
2.1.3. Comunicação Familiar.....	14
2.2. Teoria Geral do Crime	15
2.3. Autocontrole	15
3. Experiências traumáticas na Infância:.....	17
4. Objetivos e Hipóteses:.....	20
Método.....	22
1. Participantes	22
2. Instrumentos:	24
2.1. Questionário Sociodemográfico.....	24
2.2. Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar	24
2.3. Questionário de Traumas de Infância.....	26
2.4. Escala Breve de Autocontrole.....	28
2.5. Escala de Variedade dos Comportamentos Desviantes.....	28

3. Procedimento	29
Resultados.....	31
1. Relação entre Experiências Traumáticas, Autocontrolo e Comportamentos Delinquentes e Relação entre Funcionamento Familiar e Comportamentos Delinquentes	31
2. Sexo, Experiências Traumáticas e Comportamentos Delinquentes.....	34
3. Funcionamento Familiar, Autocontrolo, Comportamentos Delinquentes e Experiências Traumáticas.....	38
3.1. Experiências Traumáticas como mediadora da relação entre o Funcionamento Familiar e o Autocontrolo	38
3.2. Experiências Traumáticas como mediadora da relação entre o Funcionamento Familiar e os Comportamentos Delinquentes	40
Discussão.....	42
1. Experiências Traumáticas, Autocontrolo e Comportamentos Delinquentes	42
2. Funcionamento Familiar e Comportamentos Delinquentes	43
3. Comportamentos Delinquentes, Sexo e Experiências Traumáticas	45
4. Modelos de Mediação das Experiências Traumáticas entre o Funcionamento Familiar, o Autocontrolo e os Comportamentos Delinquentes	48
Considerações Finais	51
Limitações e Propostas de Estudos Futuros	51
Referências bibliográficas	53
Anexos.....	60
Anexo A: Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar	61
Anexo B: Questionário de Traumas de Infância.....	63
Anexo C: Escala Breve de Autocontrolo	64
Anexo D: Escala de Variedade dos Comportamentos Desviantes	65

RESUMO

Com o presente estudo pretende-se dar evidências adicionais do impacto que o funcionamento familiar e as experiências traumáticas na infância têm nos comportamentos delinquentes dos mais jovens, bem como a influência que o autocontrolo apresenta neste fenómeno, que segundo a Teoria Geral do Crime é a principal causa para a prática de comportamentos desviantes (Gottfredson & Hirischi, 1990).

Os dados do presente estudo foram recolhidos de uma amostra de 337 participantes com idades entre os 18 e os 21 anos de idade, que responderam aos instrumentos, Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013), Questionário de Traumas de Infância (Dias, Sales, Carvalho, Castro Vale, Kleber e Mota Cardoso, 2013), Escala Breve de Autocontrolo (Pechorro, Pontes, DeLisi, Alberto e Simões, 2018) e Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar (FACES IV) (Olson,2011).

A análise dos resultados demonstrou que quanto mais experiências traumáticas apresentarem os jovens, mais comportamentos delinquentes terão e quanto mais experiências traumáticas vivenciaram menos autocontrolo apresentam. Também se verificou que quanto mais equilibrado for o funcionamento familiar, menos comportamentos delinquentes serão apresentados pelos jovens. Através destes resultados também se percebeu que existem diferenças nos comportamentos delinquentes ao nível do sexo e das suas experiências traumáticas. Por fim, foi possível verificar que as experiências traumáticas são uma variável mediadora da relação entre o funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes. As conclusões e limitações são discutidas.

Palavras-Chave: Jovens, Comportamentos Delinquentes, Experiências Traumáticas, Funcionamento Familiar, Autocontrolo

ABSTRACT

The present study intends to give additional evidence of the impact that family functioning and traumatic experiences in childhood have on delinquent behaviors of the youngest, as well as the influence that self-control has on this phenomenon, which according to the General Theory of Crime is the main cause for the practice of deviant behaviors (Gottfredson & Hirschi, 1990).

The data of the present study were collected from a sample of 337 participants aged between 18 and 21 years old, who responded to the instruments, Deviant Behavior Scale (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013), Childhood Trauma Questionnaire (Dias, Sales, Carvalho, Castro Vale, Kleber and Mota Cardoso, 2013), Brief Self-Control Scale (Pechorro, Pontes, DeLisi, Alberto and Simões, 2018) and Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES IV) (Olson, 2011).

The analysis of the results showed that the more traumatic experiences young people have, the more delinquent behaviors they will have and the more traumatic experiences they have, the less self-control they present. It was also found that the more balanced the family functioning, the less delinquent behaviors will be presented by young people. Through these results it was also noticed that there are differences in the delinquent behaviors in terms of sex and their traumatic experiences. Finally, it was possible to verify that traumatic experiences are a mediating variable in the relationship between family functioning and delinquent behaviors. The conclusions and limitations are discussed.

Keywords: young people, delinquent behaviors, traumatic experiences, family functioning, self-control

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição da amostra segundo a Idade.....	22
Tabela 2 - Distribuição dos participantes segundo a sua situação atual.....	22
Tabela 3 - Distribuição do Estado Civil dos Progenitores dos Participantes.....	23
Tabela 4 - Análise Descritiva Subescalas FACES IV.....	25
Tabela 5 – Correlações entre as variáveis em estudo.....	33

Lista de Figuras

Figura 1. Formulas para Obtenção de Rácios do Modelo Circumplexo. Adaptada de FACES IV Manual”, Olson (2010)	26
Figura 2 – Efeito de interação entre Negligência Emocional e Sexo.....	35
Figura 3 - Efeito de interação entre Abuso Sexual e Sexo.....	39
Figura 4 – Modelo de Mediação das Experiências Traumáticas na relação entre Funcionamento Familiar e Autocontrole.....	39
Figura 5 – Modelo de Mediação das Experiências Traumáticas na relação entre Funcionamento Familiar e Comportamentos Delinquentes	41

Introdução:

A delinquência é um fenómeno que tem vindo a ganhar destaque ao longo do tempo. Os comportamentos delinquentes normalmente começam na puberdade, período de transição da infância para a idade adulta. Nesta fase, ocorrem diversas alterações na vida dos jovens, tanto físicas como psicológicas, e existe uma maior predisposição para o desenvolvimento de comportamentos antissociais (Monteiro & Confraria, 2014). Além das características individuais (personalidade, inteligência), existem outros fatores que influenciam a trajetória criminal dos jovens, como o grupo de pares, a família, ou seja, os vários contextos e ambientes onde o jovem está inserido (Farrington, 2009).

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento saudável do jovem. O sistema familiar pode adquirir um carácter ambivalente; tanto pode constituir um fator protetor como de risco, dependendo das características de cada família (Machado, 2004). Muitas vezes, os jovens que crescem em ambientes hostis podem desenvolver traumas que condicionam o seu desenvolvimento e a sua vida no futuro (Miley et al., 2020).

A vitimização na infância constitui um fator de risco para os jovens se tornarem perpetradores de comportamentos delinquentes (Miley et al., 2020). Os traumas que surgem em idades tão precoces, podem originar danos emocionais, podendo provocar danos na formação da identidade do indivíduo e quanto mais novos, maiores são os riscos de mudar e condicionar o desenvolvimento normal do cérebro, comprometendo o seu futuro (Basto-Pereira et al., 2016).

Neste sentido, iremos definir conceitos importantes para a compreensão do fenómeno da delinquência. Vamos perceber de que forma a família, as experiências traumáticas e o autocontrolo podem ter uma influência na perpetuação de comportamentos delinquentes. Iremos explicar a delinquência à luz da Teoria Geral do Crime, de maneira a perceber a influência que o autocontrolo e a família têm nos comportamentos delinquentes.

Seguidamente, serão apresentadas as características da amostra do presente estudo, bem como as metodologias utilizadas. Posteriormente, serão apresentados os resultados de forma a verificar se as hipóteses do estudo foram confirmadas. Numa última parte da presente dissertação, iremos discutir os resultados obtidos relacionando-os com literatura pertinente, de maneira a retirar as principais conclusões do estudo. Também iremos apresentar algumas limitações, bem como algumas propostas de estudos futuros.

Revisão de Literatura

1. Delinquência

Em Portugal, a delinquência tem vindo a ganhar destaque, devido à preocupação que é necessário ter com este fenómeno, mas também devido à população que abrange (Braga & Gonçalves, 2014). A prática de comportamentos desviantes que violam normas sociais ou legais por parte dos mais jovens é objeto de investigação e de interesse há muito tempo (Sanches et al., 2016).

A delinquência juvenil é um termo utilizado para se referir às transgressões à lei realizadas por jovens (Lemos, 2010). A delinquência consiste em comportamentos que se manifestam no decurso da transição dos jovens para a vida adulta, sendo percebidos como comportamentos que o jovem manifesta e que decorrem de um processo de socialização e que muitas vezes revelam uma quebra com condutas sociais (Luzes, 2010; Nardi & Dell'Aglio, 2014).

O termo delinquência juvenil não tem uma definição consensual devido à sua variação de fatores, condições de vida dos jovens e experiências que estes têm nas suas vidas, bem como a forma como lidam com as mesmas. O conceito de delinquência é utilizado para definir uma variabilidade de comportamentos antissociais que infringem a lei e normas em vigor (Lemos, 2010). A delinquência pode ser definida com base em critérios jurídicos, onde existe um contacto com os tribunais e uma condenação devido a um ou mais comportamentos praticados pelo jovem delinvente (Negreiros, 2001).

O termo comportamento antissocial é utilizado diversas vezes como equivalente à delinquência, sendo este mais amplo, tendo em si atos violentos ou a violação de normas e de expectativas da sociedade, que são vistas como inapropriadas por causarem prejuízos a outras pessoas (Conde & Teixeira, 2018; Lemos, 2010; Negreiros, 2001). Estes comportamentos violam as normas e o respeito pela propriedade de outrem e pela sua vida, podendo ser atos de agressão, falta de honestidade, destruição de propriedade e vandalismo, sendo todos estes comportamentos percecionados como condutas antissociais (Kagan, 2004; Negreiros, 2001).

Os jovens considerados antissociais, na sua maioria apresentam atitudes direcionadas para o próprio, revelando-se egoístas; no que toca à resolução de problemas tendem a ter atos irrefletidos com carácter impulsivo, pois apresentam dificuldades em refletir acerca das suas

ações; apresentam poucas competências emocionais, na medida em que não conseguem perceber o papel do outro e possuem pouca empatia; têm uma tendência para atribuir intenções maliciosas aos outros e apresentam poucas competências sociais, principalmente em situações de conflito ou de *stress* (Lippert & Trindade, 2019).

A delinquência, o crime e os comportamentos antissociais são conceitos ligados à vida social, que podem ser considerados sinónimos e que envolvem o autor, o comportamento e a vítima. Podemos considerar como comportamentos desviantes tudo aquilo que se desvia da norma, estando isto dependente da cultura e da sociedade. Um jovem que é considerado delinquente é alguém que realiza um ato delituoso aos olhos da sociedade. No entanto, é necessário algum cuidado com estigmatização associada ao rótulo com que os jovens podem ficar, que pode ter consequências muito graves para o jovem e para o seu futuro, pelo que nem todos os jovens que praticam um ato de delinquência são considerados delinquentes (Born, 2005).

Em 2000, foi desenvolvido um modelo por Shoemaker, que explica as origens da delinquência, e estas podem ser conceptualizadas em três níveis, nomeadamente: o nível estrutural que se refere a condições sociais e à falta de organização de uma comunidade para solucionarem problemas comuns devido à rutura do controlo social. Ou seja, os fatores sociais possuem algum controlo sobre a delinquência e quando certas condições, como por exemplo os aspetos económicos, se tornam instáveis devido à existência de um fraco suporte, é mais difícil para os jovens resistirem à prática de comportamentos delinquentes (Nardi & Dell'Aglio, 2010).

Ao nível individual, são atribuídas causas aos mecanismos internos da própria pessoa, tanto biológicos como psicológicos, e os ambientais. Existem diferenças no indivíduo, em relação à personalidade, níveis de inteligência, experiências vivenciadas por cada pessoa e estas podem ser consideradas explicações para a delinquência (Nardi & Dell'Aglio, 2010).

Por fim, a nível sociopsicológico, é dada importância a sistemas de controlo, bem como à quebra de vínculos com instituições que podem apresentar um papel no controlo dos jovens e à influência dos grupos. Muitas vezes é exercida a pressão por parte dos grupos para a prática de comportamentos delinquentes, e aqui é muito importante o controlo, que tanto pode ser pessoal como social. A nível pessoal, podemos focar a componente psicológica e fatores individuais. A nível social, por exemplo: a escola e a família, que com as suas características e dinâmicas específicas de operar enquanto instituição podem ser fatores de risco ou de proteção,

sendo estas instituições que conseguem exercer controlo sobre o jovem ao estabelecer horários, regras, recompensas e punições associadas a cada comportamento (Nardi & Dell'Aglio, 2010).

1.1. Percurso e continuidade da delinquência

1.1.1. Adolescência e Transição para a idade adulta

A adolescência é um período de grandes transformações. Não existe um consenso de quando acaba a adolescência e de quando uma pessoa se torna adulto. Esta fase representa a passagem da infância para a idade adulta (Marcelli & Braconnier, 2005; Sawyer et al., 2018). Atualmente, sabemos que esta fase de transição é um período maior do que era anteriormente, devido às mudanças existentes no desenvolvimento dos indivíduos e nas culturas em todo o mundo, podendo esta fase estender-se até aos 24 anos de idade (Sawyer et al., 2018). Saber quando a idade adulta tem início torna-se difícil, na medida em que é um fenómeno que não é transversal nos seres humanos (Marcelli & Braconnier, 2005).

A adolescência para os jovens é um período de experimentação e surge um grande conjunto de mudanças na sua vida, tanto físicas como psicológicas. Esta transformação também é influenciada por fatores internos e externos, que os irão ajudar a alcançar a sua autonomia e consequentemente, o ganho de responsabilidades. Nesta etapa de desenvolvimento, pode surgir em alguns jovens o interesse por comportamentos antissociais que entre os seus pares podem ser vistos como comuns e banais, no entanto esta alteração no comportamento pode vir a alterar-se com a transição para a idade adulta devido a questões biológicas e de personalidade (Nardi & Dell'Aglio, 2014).

Os comportamentos antissociais podem também estar relacionados com alterações hormonais, naturais deste período. Esta fase é vista como um período de grande criatividade e emocionalidade, na medida em que os jovens vivem as situações de forma muito intensa, podem apresentar também períodos de grande isolamento, e noutras situações mostrarem-se mais rebeldes ou reivindicativos (Monteiro & Confraria, 2014).

1.1.2. Delinquência limitada à adolescência

Podemos distinguir vários tipos de delinquentes. Os delinquentes ocasionais são aqueles que cometem atos raramente e de gravidade reduzida, a maioria dos jovens delinquentes é caracterizado por este tipo. O delinquente de carreira comete atos durante mais tempo e geralmente mais gravosos (Born, 2005). Para além disto podemos também ainda diferenciar a delinquência limitada à adolescência da delinquência persistente, esta tipologia foi desenvolvida por Moffitt, em 1993.

O tipo de delinquência associado à adolescência tem um início mais tardio, com carácter mais exploratório e de procura de estatuto através do ganho de prestígio e de bens materiais, ou seja, a influência dos pares e do mimetismo social é determinante. Estes jovens têm um período de ajustamento longo, apresentando comportamentos antissociais na pré-adolescência e na sua generalidade abandonam estes atos antes do fim da adolescência, sendo temporário, sem natureza grave. Estes jovens abandonam os comportamentos quando adquirem papéis sociais legítimos e é possível satisfazerem os seus desejos e motivações através de um carácter legal. Ganham responsabilidade e a predisposição para comportamentos delinquentes é menor. Os jovens também cessam os comportamentos delinquentes por não terem défices neuropsicológicos ou de personalidade antissocial (Born, 2005; Moffitt, 1993; Negreiros, 2001; Tornberry & Krohn, 2004). A delinquência limitada à adolescência é parte de um processo de socialização, pois os jovens imitam os seus pares com condutas antissociais numa tentativa de ganharem autonomia das figuras parentais (Basto-Pereira & Farrington, 2019).

A transição para a idade adulta é acompanhada pela redução dos comportamentos delinquentes e posteriormente, uma desistência. A desistência é definida como um indivíduo que cessa definitivamente os comportamentos delinquentes (Loeber et al., 2004). A desistência dos comportamentos desviantes advém de mudanças nos indivíduos, nas suas relações, contextos e oportunidades que estão relacionadas com a transição para a idade adulta e que servem para aumentar e impulsionar condutas que são socialmente aceites e diminuir os comportamentos delinquentes (Loeber et al., 2004). Num estudo realizado por Loeber e colegas, em 2004, foram analisados os fatores que são preditores da desistência de comportamentos delinquentes na transição para a idade adulta, sendo estes níveis baixos de agressão não física e baixo uso de substâncias pelos pares. Os fatores de risco associados a uma baixa probabilidade de desistência de comportamentos delinquentes são a crueldade, consumo

frequente de álcool e drogas, pertença a *gangs*, percepções positivas acerca de comportamentos antissociais e níveis altos de delinquência nos pares (Loeber et al.,2004).

1.1.3. Delinquentes Persistentes

Em contrapartida, os delinquentes persistentes manifestam comportamentos antissociais logo na infância, normalmente existem problemas de aprendizagem e de comportamento desde muito cedo. Isto pode ser explicado pela combinação de falta de competências individuais e práticas parentais pouco eficazes, onde existe falta de monitorização e de incentivar comportamentos que ajudem à resolução de problemas, um baixo envolvimento afetivo com os filhos existindo laços pobres entre estes e os pais. Maioritariamente, são crianças impulsivas, hiperativas e facilmente irritáveis, com baixo nível de autocontrolo e de regulação emocional. Podem apresentar perturbações comportamentais e é persistente em vários períodos de vida (Born, 2005; Negreiros, 2001; Tornberry & Krohn, 2004). Este tipo de trajetória é mais raro e resulta de processos de desenvolvimento em interação com ambientes criminógenos e sem proteção (Basto-Pereira & Farrington, 2019).

A delinquência persistente pode estar associada também a défices neuropsicológicos, estes podem ser adquiridos ou hereditários, através de abusos infantis ou complicações perinatais, sendo que predizem personalidades antissociais aos 18 anos devido às interações entre o indivíduo e o ambiente (Moffitt, 1993). Este tipo de criminalidade persistente normalmente tem uma grande probabilidade de continuidade, na medida em que quanto mais cedo aparece o comportamento delinquente, maior será a sua continuidade, sendo que começa na infância e persiste ao longo da vida (Basto-Pereira & Farrington, 2019; Born, 2005, Negreiros, 2001; Tornberry & Krohn, 2004).

Assim podemos observar de acordo com a teoria de Moffitt (1993) que existem algumas diferenças nestes tipos de delinquência. Na delinquência limitada à adolescência, existe uma escolha mais ligada ao custo-benefício para a prática de comportamentos delinquentes, enquanto na delinquência persistente existem comportamentos sem raciocínio e pouco racionais. Por fim, o facto de os jovens adquirirem papéis sociais adultos, na delinquência limitada à adolescência faz com que estes abandonem os comportamentos delinquentes, como por exemplo o casamento ou o emprego; o que não acontece na delinquência persistente, dado que estes se encontram envolvidos com estilos de vida antissociais. (Moffitt, 1993). Em ambas

as trajetórias delinquentes, os indivíduos tendem a iniciar o percurso delincente com roubos ou crimes menores (Moffit, 1993).

1.2. Fatores de Risco:

O jovem que pratica comportamentos delinquentes está exposto a vários fatores de risco, que são aspetos que podem constituir-se como dificuldades e problemas que podem desencadear o aparecimento de novos eventos stressores, ou seja, é tudo o que pode conduzir o indivíduo ao comportamento problemático (Quinsey et al., 2004). São variáveis que aumentam a probabilidade de comportamentos delinquentes no futuro (Farrington et al., 2012).

Os fatores de risco individuais podem ser o género, genética, falta de capacidades sociais e intelectuais, bem como as características psicológicas. O temperamento difícil, a ousadia e o comportamento impulsivo são características percecionadas como fatores de risco (Farrington, 2009; Ferreira, 1997; Thornberry & Krohn, 2004). Um desenvolvimento cognitivo fraco e baixa inteligência também podem constituir fatores de risco para comportamentos delinquentes (Wasserman et al., 2003). Geralmente, os rapazes tendem a ter mais comportamentos delinquentes que as raparigas, podendo praticar cerca de 2 a 5 vezes mais atos delinquentes que as jovens do sexo feminino. Os rapazes também apresentam uma tendência para a prática de comportamentos delinquentes mais gravosos, começando a perpetuação dos mesmos em idades mais precoces comparativamente às raparigas (Braga & Gonçalves, 2014; Junger-Tas, 2011; Marcotte et al., 2002).

Em relação às características psicológicas temos, a hiperatividade, a impulsividade, sendo esta a dimensão mais relevante da personalidade que prediz comportamentos delinquentes no futuro (Basto-Pereira & Farrington, 2019). A falta de empatia e dificuldades no controlo de emoções constituem fatores de risco importantes. Os jovens que transgridem a lei não internalizam as normas e gostam de desafiar os limites que estão socialmente estabelecidos, muitas vezes, mostrando uma ausência de culpa e de empatia, algo que predispõe o jovem a atos violentos (Farrington, 2009; Nardi & Dell'Aglio, 2010).

Em relação aos fatores de risco ambientais, temos associado o nível socioeconómico, as características do seio familiar, a falta de apoio social e as situações de vida que são mais complexas e que podem desencadear problemas (Farrington et al., 2012; Thornberry & Krohn,

2004). Em jovens adultos, fatores de natureza sistêmica podem tornar-se mais evidentes, como bairros problemáticos, pares desviantes e fatores familiares (Basto-Pereira & Farrington, 2019). A violência no seio familiar pode potencializar o desenvolvimento de problemas de comportamento nos jovens. A negligência, também pode estar presente na vida destes jovens, que é perpetuada pela falta de cuidados básicos, como a alimentação, a higiene, a educação. As vivências deste tipo podem também predispor o jovem a uma resposta negativa a eventos stressantes (Farrington, 2009 & Nardi & Dell'Aglio, 2010). Sendo assim, os fatores familiares preditores de delinquência são: pais delinquentes com história criminal, famílias numerosas, supervisão desadequada, os métodos e práticas educativas ao longo do desenvolvimento do indivíduo, a presença de negligência ou abusos e os conflitos parentais. (Farrington, 2009; Farrington et al., 2012).

Também existem fatores de risco escolares, como por exemplo o baixo rendimento escolar. A escola é uma instituição de socialização. É um local onde a formação de grupos é propícia com pares equivalentes, onde partilham interesses e representações comuns (Ferreira, 1997). Como tal, desempenha também um papel muito importante no desenvolvimento de condutas antissociais. (Wasserman et al., 2003). Em contexto escolar, os jovens com comportamentos violentos apresentam problemas de aprendizagem e atenção, e fracas capacidades de socialização, o que é responsável pela agressividade que exibem com os outros jovens (Negreiros, 2001). Os jovens que têm menos competência escolar têm maior predisposição no envolvimento de comportamentos de risco (Farrington et al., 2006). O grupo de pares também influencia a prática de comportamentos ilícitos, pois na sua maioria estes comportamentos acontecem quando os jovens estão acompanhados (Steketee, 2011; Wasserman et al., 2003).

Resumindo, segundo Farrington, os principais fatores de risco para comportamentos delinquentes preditores de condenação aquando mais velhos, estão agrupados dentro de 6 principais categorias: (1) comportamentos disruptivos infantis, como por exemplo a desonestidade; (2) a criminalidade na família; (3) baixa inteligência e realização escolar; (4) fraca parentalidade na criação das crianças, como por exemplo, a fraca supervisão e disciplina ou separação da criança de um dos pais; (5) impulsividade e (6) privação económica. Num estudo realizado, o autor concluiu que de 63 jovens que tinham três ou mais fatores dos acima mencionados, 46 tinham sido condenados, até aos 32 anos de idade, o que demonstra que estes fatores são preditivos de criminalidade. (Farrington et al., 2006). Os fatores que fomentam trajetórias criminais têm em si fatores de risco individuais (temperamentais) aliados a uma

ausência de ambientes familiares saudáveis e protetores, que têm como objetivo a prevenção comportamentos antissociais ou disruptivos (Basto-Pereira & Farrington, 2019).

1.3. Fatores de Proteção

Da mesma forma que existem fatores de risco, também existem fatores de proteção. Os fatores de proteção são os que podem diminuir o risco do jovem no envolvimento em atos delinquentes e oferecer um desenvolvimento e um crescimento, ou seja, estão associados à desistência de atividades delinquentes. Estes fatores são uma forma de criar capacidade de suportar os riscos a que os jovens possam estar sujeitos, ou seja, a sua resiliência (Quinsey et al., 2004). Esta é definida como o potencial que cada pessoa tem para reagir a situações adversas e consiste na capacidade e na adaptação positiva a situações causadoras de *stress*. Este conceito está relacionado com a promoção da saúde no jovem (Nardi & Dell'Aglio, 2010; Wilkinson et al., 2019)

Jovens que vivem em contexto familiar afetivo, demonstram um desempenho escolar mais positivo, níveis mais baixos de depressão e ansiedade e maiores níveis de autoestima e autoconfiança apresentam uma menor probabilidade de praticarem comportamentos delinquentes (Wilkinson et al., 2019).

O grupo de pares também tem uma grande importância, na medida em que, exercem influência entre eles, que tanto pode ter conotações positivas, como negativas. As características individuais são vistas como fatores de proteção, pois jovens mais calmos têm menos probabilidade de cometer atos delinquentes (Nardi & Dell'Aglio, 2010). A inteligência pode ser considerada um fator de proteção associada a uma socialização positiva e uma boa integração, assim como uma coesão saudável nos laços familiares durante o seu desenvolvimento, isto pode ser visto como elementos que surgem de forma a evitar situações de delinquência (Quinsey et al., 2004).

Podemos verificar que a família é mencionada tanto como fator de proteção como de fator de risco, ou seja, é de notar a sua influência no comportamento delincente dos jovens. Se existir uma família coesa, com bom suporte, harmoniosa, que seja compreensiva e seja capaz de lidar com as adversidades naturais do desenvolvimento enquanto sistema, tudo isto pode ser considerado um fator de proteção. Pelo contrário, famílias com falta de coesão, uma supervisão

inadequada, o que normalmente acontece em famílias com muitos elementos e com rendimentos menores; onde exista negligência, comportamentos abusivos e agressivos com práticas parentais inadequadas e condenações anteriores por parte de algum membro da família, neste caso são considerados fatores de risco para comportamentos delinquentes (Born, 2005; Machado, 2004).

Podemos perceber assim, o papel fundamental que a família apresenta no desenvolvimento saudável de cada pessoa, sendo esta a primeira instituição com que estabelecemos contacto. Quanto mais os pais condenarem comportamentos delinquentes, menor é a probabilidade do seu envolvimento nestas atividades, funcionando como um elemento protetor (Ferreira, 1997). No entanto, é necessário algum cuidado na medida em que nem em todas as famílias de alto risco os jovens se tornam delinquentes (Born, 2005; Machado, 2004).

2. Família:

A importância da família no processo de socialização é inegável. São diversas as definições de família, mas iremos citar em seguida a definição de Sampaio e Gameiro (1985), que a define como *“um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações em contínua relação com o exterior, que mantêm o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados.”*. Os pais ou quem esteja responsável pelos jovens e crianças têm a função de transmitir valores, crenças e normas dando-lhes as capacidades necessárias para ter sucesso no seu percurso (Andrews & Bonta, 2010).

A família é o primeiro agente de socialização da criança. Posteriormente, é que esta socialização é complementada por outras entidades, como os pares e a escola (Le Blanc & Janosz, 2002). Esta instituição apresenta um papel central no comportamento criminal dos mais jovens (Junger-Tas, 2011). Os pais influenciam o comportamento dos seus filhos de diversas formas; na maneira como transmitem afeto e suporte emocional, como se mostram interessados nas suas vidas e a maneira como supervisionam o seu comportamento e o controlam, o que vai influenciar o comportamento delincente dos jovens (Junger-Tas, 2011).

O funcionamento e a estrutura familiar são as variáveis familiares que apresentam uma maior influência nos comportamentos antissociais. No que toca a aspetos estruturais, isto prende-se com a estrutura familiar, como por exemplo: o nível socioeconómico, o nível académico dos pais, o seio familiar, o número de irmãos, as condições habitacionais e o meio onde residem. O funcionamento familiar vai ser influenciado de maneira indireta pelas variáveis estruturais, por exemplo através da existência de negligência, existência de delinquência dentro da família e possíveis conflitos. Na sua maioria, as famílias de jovens delinquentes apresentam falta de competências parentais, nomeadamente, falta de supervisão, disciplina, respeito mútuo e proteção (Fonseca & Simões, 2002; Gottfredson & Hirschi, 1990).

As relações familiares podem surgir como um fator que influencia a delinquência nos mais jovens (Cunha et al., 2015; Quinsey, 2004). Em primeiro lugar, os pais podem incentivar o comportamento antissocial, principalmente quando existe história de criminalidade na família, fator muito importante na compreensão dos percursos de jovens delinquentes. Mas também não estimulando e promovendo comportamentos e atitudes que no futuro irão ajudar os jovens a terem autocontrolo e a promover a sua capacidade de resolução de problemas (Andrews & Bonta, 2010; Cunha et al., 2015).

Em segundo lugar, o sistema familiar em si também tem uma grande relevância nestes comportamentos antissociais, isto porque se existir uma monitorização ineficaz, agressividade e disciplina fraca, esta realidade vai ficar estabelecida desde muito cedo, fazendo com que os jovens se desenvolvam em ambientes hostis. Os jovens que apresentam uma ligação fraca com os pais, podem apresentar um desenvolvimento emocional fraco e ter baixa autoestima, o que pode dar origem a comportamentos antissociais (Andrews & Bonta, 2010; Cunha et al., 2015).

Por último, ao longo do desenvolvimento os jovens vão ganhando autonomia e independência, sendo assim as oportunidades de envolvimento em comportamentos antissociais aumentam. Se os pais não conseguirem controlar de uma forma saudável as atividades dos seus filhos, existe uma maior tendência destes jovens para realizarem comportamentos delinquentes (Andrews & Bonta, 2010; Cunha et al., 2015). Os jovens tendem a percecionar a falta de monitorização e de supervisão por parte dos pais como um desinteresse destes, e acabam por ocupar o seu tempo com outro tipo de atividades, onde existe uma maior probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes (Junger-Tas, 2011).

Segundo Stattin e Kerr, esta monitorização parental pode ser conceptualizada através de 3 elementos: o tipo de relação que existe entre pais e filhos, a honestidade e a confiança; de

forma a perceber a sinceridade dos jovens acerca dos seus dias, dos locais que frequentam e das suas companhias. O estabelecimento de regras pelos cuidadores e verificar se estas são cumpridas, e por último, o interesse dos pais em conseguir informações acerca dos seus filhos (Andrews & Bonta, 2010; Cunha et al., 2015; Stattin & Kerr, 2000). As práticas parentais, como a supervisão e monitorização dos mais novos podem ter efeito na prática de comportamentos delinquentes, pois ajuda na formação do autocontrolo, o que vai originar uma maior regulação do seu próprio comportamento (Gottfredson & Hirschi, 1990).

2.1. Modelo Circumplexo de Olson

Este Modelo é particularmente importante na compreensão de sistemas familiares e de relações conjugais. Neste modelo estão presentes dimensões que são relevantes na dinâmica familiar e que influenciam o desenvolvimento saudável da mesma. As principais dimensões são a coesão, a flexibilidade e a comunicação familiar devido ao facto de serem estas que ajudam na compreensão e no tratamento de sistemas familiares e conjugais (Olson, 2000). De acordo com Olson (2011), o modelo circumplexo assume que níveis equilibrados de coesão e flexibilidade familiar levam a um funcionamento familiar dito saudável, em contrapartida níveis desequilibrados de coesão e flexibilidade levam a funcionamentos familiares considerados problemáticos. A capacidade de oscilar entre estabilidade e mudança distingue as famílias funcionais das famílias disfuncionais (Olson, 2000).

2.1.1. Coesão Familiar:

A coesão familiar é definida pelo laço emocional que os elementos da família têm entre eles (Olson, 2011). É avaliada de acordo com os laços emocionais, o tempo e o espaço, tomada de decisão, os amigos e as atividades de interesse, a intimidade dos membros da família e as coligações existentes (Olson, 2000). A coesão pode variar entre a total separação dos membros do sistema familiar e uma ligação absoluta entre os membros (Olson & Gorall, 2003). Não existe um grau de coesão perfeita, no entanto é essencial existirem modificações ao longo do ciclo familiar para satisfazer as exigências do sistema familiar (Olson, 2000).

Nesta dimensão podemos identificar cinco níveis de coesão familiar: famílias desligadas/desagregadas, famílias um pouco ligadas, famílias ligadas, famílias muito ligadas e por fim, famílias emaranhadas/aglutinadas. Sendo que os níveis de coesão classificados como desagregadas e aglutinadas representam níveis de coesão problemáticos, trazendo consequências para o funcionamento familiar e que pode levar ao desenvolvimento de problemas individuais. Nas famílias desagregadas existe uma separação emocional profundamente marcada e sem envolvimento na vida uns dos outros. Nas famílias aglutinadas existe uma proximidade e uma grande dependência, não permitindo a individualidade e a independência (Olson & Gorall, 2003).

Enquanto os níveis de coesão de famílias um pouco ligadas, ligadas e muito ligadas representam famílias capazes de encontrar o equilíbrio e associadas a um funcionamento familiar saudável (Olson & Gorall, 2003). Nestes funcionamentos ditos saudáveis existem interesses partilhados, alguma separação emocional, no entanto, a tomada de decisões é feita em conjunto com todos os membros do sistema familiar, quando assim se revela necessário (Olson & Gorall, 2003).

2.1.2. Flexibilidade Familiar

A flexibilidade familiar é a quantidade de mudanças na liderança, nos papéis relacionais e nas regras relacionais. Tem em conta os papéis que cada um desempenha dentro da família, as regras e a organização dentro do sistema (Olson, 2011). Esta dimensão foca-se no balanceamento entre mudança e estabilidade, que é essencial para satisfazer as necessidades de cada indivíduo e da família, enquanto sistema, ao longo de cada etapa de desenvolvimento do sistema familiar (Olson, 2000).

Não existe um nível perfeito de flexibilidade. Ao longo dos acontecimentos de vida pode ser preciso mais ou menos flexibilidade dependendo da situação em que se encontra o sistema familiar. Nesta dimensão estão presentes os estilos de liderança (controlo e disciplina), os estilos de negociação entre os membros do sistema familiar, assim como as regras e os papéis existentes nas relações (Olson & Gorall, 2003).

Esta dimensão também possui cinco níveis: famílias rígidas, famílias pouco flexíveis, famílias flexíveis, famílias muito flexíveis e famílias caóticas. Sendo que tal como na coesão

familiar, os níveis extremos de flexibilidade (caótica e rígida) representam o desequilíbrio e podem ser problemáticas para um bom funcionamento familiar e para o estabelecimento de relações. Nas famílias rígidas existe uma flexibilidade muito baixa e alguém com uma postura controladora, com uma liderança autoritária e sem negociação possível. Nas famílias caóticas, as decisões são tomadas por qualquer elemento da família de forma pouco refletida e impulsiva (Olson & Gorall, 2003).

Os níveis centrais de flexibilidade - famílias pouco flexíveis, famílias flexíveis, famílias muito flexivas - variam entre a estabilidade e a mudança, algo que é necessário em todas as famílias e que revela sistemas familiares funcionais (Olson & Gorall, 2003; Gomes & Gouveia-Pereira, 2014). Nestas famílias com níveis de flexibilidade ditos equilibrados existe um estilo democrático, onde todos os membros participam na tomada de decisões, papéis familiares flexíveis e partilhados e existe discussão das regras que vigoram no sistema familiar; sempre tendo em conta as necessidades do sistema familiar em determinado momento (Olson & Gorall, 2003).

2.1.3. Comunicação Familiar

A comunicação familiar é a dimensão que facilita a ligação entre a coesão e a flexibilidade familiar (Olson, 2011). Representa as capacidades de comunicação positivas entre os sistemas familiares (Olson, 2000). Estas capacidades podem ser o falar, o respeitar, ouvir o outro com atenção, partilhar sentimentos, mostrar empatia, falar apenas por si próprio e não se sobrepor aos outros e a maneira como se expõe o discurso.

A comunicação entre os membros da família permite o acesso a níveis de coesão e flexibilidade mais equilibrados, o que vai originar um melhor funcionamento do sistema familiar. Quanto maior for a qualidade de comunicação dentro das famílias, maior será a facilidade em regular os níveis de coesão e de flexibilidade, sendo esta assim uma dimensão facilitadora (Olson & Gorall, 2003). Os sistemas familiares com níveis de coesão e flexibilidade familiar saudáveis e equilibrados têm uma capacidade de comunicação positiva. Em contrapartida, níveis de coesão e flexibilidade que se demonstram desequilibrados têm níveis de comunicação mais negativos (Olson, 2000).

2.2. Teoria Geral do Crime

São diversas as teorias que explicam os comportamentos delinquentes. A Teoria Geral do Crime, elaborada por Gottfredson e Hirschi em 1990, defende que aquilo que está na base do comportamento delincente é a falta de autocontrole.

Esta teoria explica toda a tipologia de comportamentos violentos. Todos os crimes têm um objetivo comum; prende-se com o facto de produzirem ganhos quase imediatos a quem os pratica, no entanto, estes comportamentos podem envolver danos a longo prazo. Segundo esta teoria, o crime vai exigir poucas competências cognitivas e verbais, pouco planeamento levando as pessoas a procurarem o prazer (Fonseca & Simões, 2002; Gottfredson & Hirschi,1990; Gouveia-Pereira et al., 2020).

Esta teoria não explica apenas o crime, mas também comportamentos desviantes e análogos que são explicados através do autocontrole e da oportunidade. O autocontrole é utilizado para explicar a probabilidade de cada indivíduo praticar comportamentos delinquentes. Esta probabilidade é estabelecida desde cedo devido às diferenças entre cada pessoa, estabelecendo assim que a ligação entre o autocontrole e a prática de comportamentos delinquentes é probabilística, pois vai depender das oportunidades e dos benefícios que o crime pode trazer (Fonseca & Simões, 2002; Gottfredson & Hirschi,1990).

O comportamento delincente vai ocorrer dependendo do autocontrole (características individuais) de cada indivíduo, mas também da oportunidade (características contextuais) que existe para a prática do crime. Estes autores enfatizam o autocontrole, sendo que o que distingue as pessoas que praticam comportamentos delinquentes daqueles que não os praticam seria as diferenças individuais que existem no autocontrole (Fonseca & Simões, 2002; Gottfredson & Hirschi,1990; Gouveia,2013). A prática de comportamentos delinquentes ou de crimes representam assim manifestações de uma capacidade baixa de autocontrole (Gouveia-Pereira et al., 2020).

2.3. Autocontrole

O autocontrole é um conceito que engloba diversas características pessoais. Este conceito integra um conjunto de particularidades individuais que fazem os indivíduos terem

uma inclinação para praticar ou não o comportamento criminal, ou seja, se resistem ou não à “tentação” e oportunidade de cometer o delito. É adquirido através da socialização e tem influência nos comportamentos. (Fonseca & Simões, 2002; Gottfredson & Hirschi, 1990; Gouveia et al., 2013).

Segundo Gottfredson e Hirschi, as práticas parentais pouco eficazes são a causa principal do baixo autocontrole. Para desenvolver as capacidades de autocontrole nas crianças e desenvolver uma educação saudável, é necessário: vínculo dos pais à criança, uma boa supervisão parental, haver um reconhecimento do comportamento delincente e existir uma punição associada a esse mesmo comportamento considerado negativo. A pessoa que supervisiona a criança deve observar o seu comportamento, e quando necessário corrigi-lo (Junger-Tas, 2011; Gottfredson & Hirschi, 1990; Gouveia-Pereira et al., 2020). O que pode originar uma criança mais paciente na obtenção de gratificação, mais sensível às necessidades dos outros, mais autónomo, mais disposto a aceitar restrições e ordens e menos propenso a usar a força para alcançar os seus objetivos (Gottfredson & Hirschi, 1990). Ou seja, podemos ver que o ambiente familiar e o seu funcionamento afetam o autocontrole de cada indivíduo, bem como a delinquência (Gomes & Gouveia-Pereira, 2014).

O comportamento delincente decorre de insuficiências no processo de socialização dos jovens dentro do seio familiar, nomeadamente da falta de controlo e supervisão e de não existir o reconhecimento e punição do comportamento desviante (Fonseca & Simões, 2002). A tendência para a prática de comportamentos delinquentes é algo universal, aquilo que diferencia as pessoas é que algumas conseguem controlar-se e outras não, ou seja, a existência de diferenças individuais no autocontrole (Gottfredson & Hirschi, 1990).

O conceito de autocontrole detém em si algumas características. A impulsividade, que é uma tendência para estímulos imediatos com uma orientação no “aqui e agora”, com pouca ponderação. A preferência por tarefas descomplicadas, o que reflete a falta de persistência na realização das tarefas. A tomada de riscos que se prende com o gosto pela aventura, em vez de serem prudentes. A preferência por atividades físicas, em vez daquelas que requerem muitas competências cognitivas. Egocentrismo, pois pessoas com baixo autocontrole são maioritariamente insensíveis às necessidades dos outros. E por fim, uma imprevisibilidade, na medida em que apresentam uma tolerância baixa à frustração, recorrendo a meios físicos para a resolução de problemas (Gottfredson & Hirschi, 1990).

A presença de características de personalidade, como o baixo autocontrole, vão fazer com que o indivíduo se torne mais vulnerável a vários comportamentos delinquentes (Marcelli e Braconnier, 2005; Gottfredson & Hirschi, 1990). A falta de autocontrole em si, não produz o comportamento delincente, sendo necessário a presença de oportunidade, outro fator crucial para a ocorrência de comportamentos delinquentes. Ou seja, para ocorrer o comportamento desviante vai existir uma interação entre baixo autocontrole e a presença de oportunidade (Gottfredson & Hirschi, 1990).

A maioria das pessoas durante o seu desenvolvimento consegue evitar o envolvimento em práticas ilícitas através da socialização familiar, mas as pessoas que não conseguem desenvolver o autocontrole na família podem fazê-lo noutras instituições. A escola tem inúmeras vantagens no processo de socialização dos jovens. Em primeiro lugar, conseguem supervisionar e controlar o comportamento dos jovens ao interagirem com os pares; os professores conseguem reconhecer comportamentos desviantes e disruptivos no espaço letivo; os membros educativos possuem um enorme interesse em manter a ordem e a disciplina, o que vai originar um maior controlo em relação a comportamentos pouco desejados e que impedem a disciplina. Por fim, tanto a escola como a família têm autoridade de reconhecer estes comportamentos e agir sobre os mesmos, de forma a demonstrar que não são corretos e evitar falhas no desenvolvimento da capacidade de autocontrole (Gottfredson & Hirschi, 1990).

3. Experiências traumáticas na Infância:

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, os maus tratos são definidos como uma ação que resulta em danos ou potenciais danos na saúde, desenvolvimento ou dignidade da criança. Os maus tratos são um fenómeno global que afetam milhões de jovens. As pessoas que sofrem situações de maus tratos revelam uma grande variedade de dificuldades de ajustamento, sendo que comportamentos considerados antissociais, delinquentes/criminais e violentos são das consequências mais reportadas (Braga, et al., 2017; Braga et al., 2018; Widom et al., 2017)

A definição de maus tratos inclui diversos tipos de abuso e negligência, nomeadamente abuso físico que é referente ao uso intencional de força, por um adulto ou alguém mais velho que pode resultar em lesões. Abuso sexual onde a criança é incapaz de dar o seu consentimento no envolvimento em atividades sexuais e consiste na existência de contacto ou conduta sexual

entre um menor e alguém adulto ou mais velho. Abuso emocional, onde a criança é ameaçada e exposta a situações onde são feitos ataques verbais e humilhações à criança ou jovem por parte de um adulto ou alguém mais velho. E a negligência, que é definida como a incapacidade de fornecer as condições necessárias ao desenvolvimento saudável da criança. Na negligência podemos ainda distinguir a negligência física da emocional (Bernstein et al., 2003; Braga et al., 2017). A negligência física é o facto de os cuidadores não conseguirem satisfazer as necessidades físicas básicas da criança como por exemplo: alimentação, abrigo, vestuário, segurança e saúde. A negligência emocional consiste nos cuidadores não conseguirem aceder às necessidades emocionais e psicológicas básicas, incluindo suporte, amor e pertença (Bernstein et al., 2003).

É estimado que a nível mundial 38.8% da população já sofreu algum tipo de experiência traumática nos primeiros 18 anos de vida (Kessler et al., 2010 citado por Basto-Pereira et al., 2016). Perceber a relação que existe entre a delinquência juvenil e as adversidades que estes jovens sofreram na sua infância é de grande importância. A relação existente entre vitimização e o facto dos jovens se tornarem ofensores é algo que está bem estabelecido, pois estes jovens têm mais probabilidade de terem comportamentos delinquentes durante a sua juventude (Miley et al., 2020). Experiências traumáticas na infância e vitimização estão associadas a diversos problemas de comportamento nos mais jovens. Num estudo realizado por Basto-Pereira e os seus colaboradores em 2016, com uma amostra portuguesa demonstrou-se que experiências como abuso físico e abusos sexuais são preditores significantes de comportamentos delinquentes nos mais jovens (Basto-Pereira et al., 2016).

Para além do género e da idade existem outras variáveis que parecem influenciar o risco de vitimização como por exemplo: a família e a escola, as características do ambiente onde residem, o autocontrolo, o consumo de substâncias, os pares e as atitudes que cada indivíduo tem em relação à violência (Gruszczynska et al., 2011). Numa revisão de literatura realizada por Braga e os seus colaboradores em 2017, foi demonstrado que todos os tipos de maus tratos, desde abusos físicos, emocionais e sexuais, bem como a negligência e até evidências de maus tratos menos específicos, têm um efeito significativo na agressividade e na generalidade dos comportamentos delinquentes praticados pelos jovens. Sendo que abusos sexuais e físicos estão mais associados com comportamentos violentos. O abuso físico aparece como o maior preditor de violência juvenil, na medida em que os jovens aprendem este tipo de comportamento e no futuro podem utilizá-lo para obter algum tipo de vantagens. Em relação a abusos sexuais, este tipo de abuso encontra-se relacionado com comportamentos mais agressivos e mais violentos

(Basto-Pereira & Maia, 2017; Braga et al., 2017). Já a negligência está mais associada à generalidade dos comportamentos em vez da agressividade, na medida em que isto sugere que este tipo de maus tratos pode levar a uma maior vulnerabilidade no envolvimento em de todos os tipos de comportamentos delinquentes independentemente da sua natureza (Braga et al., 2017).

Na negligência as figuras parentais são incapazes de investir na criança e de satisfazer as suas necessidades. Apresentam uma ausência de cuidados, estimulação e afeto em relação à criança. Este é um fenómeno biopsicossocial que tem influência de diversos fatores, nomeadamente, individual, social, familiar e cultural. É importante entender que muitas das situações que são consideradas maus tratos na atualidade, outrora já foram socialmente aceites. Mas que atualmente evoluíram e são consideradas problemas de Saúde Pública, reconhecidos a nível mundial. Os maus tratos são uma condicionante de taxas de mortalidade e morbidade infantil, de desajustamentos e de delinquência juvenil e consequentemente de taxas de criminalidade, ou seja, a violência intrafamiliar é um fenómeno que tem vindo a ganhar visibilidade ao longo do tempo (Rodrigues & Lobo-Fernandes, 2014).

De acordo com Miley e os seus colegas, as crianças que experienciam abuso físico, abuso sexual e um ambiente familiar associado a consumos de substâncias apresentam um risco maior de ter este tipo de comportamentos semelhantes na sua juventude (Miley et al., 2020). Ao existirem experiências de adversidade na infância existe uma probabilidade maior de haver comportamentos antissociais por parte dos jovens em idades cada vez mais precoces. A exposição a situações de negligência, abusos sexuais, físicos e emocionais, abuso de substâncias no seio familiar, violência doméstica, história de criminalidade na família pode predispor o jovem a tornar-se delinquente, devido ao ambiente onde este se desenvolve (Basto-Pereira et al., 2016). Estas experiências de adversidade estão fortemente relacionadas com uma série de problemas psicossociais como é o caso do alcoolismo, dependência de substâncias, patologias mentais e comportamentos de risco (Basto-Pereira & Maia, 2017).

Traumas físicos, emocionais ou sexuais são prevalentes em jovens ofensores (Cunha et al., 2015). O facto de crianças passarem por experiências de abusos e maus tratos, nomeadamente ao nível familiar, é um preditor de comportamentos delinquentes e de problemas de ajustamento (Braga et al., 2017; Cunha et al., 2015). Os jovens que sofrem vitimizações no período da adolescência e juventude apresentam maiores níveis de comportamentos delinquentes neste mesmo período (Cunha et al., 2015).

Isto não implica que todas as pessoas que sofrem maus tratos e abusos se tornem perpetuadores de atos violentos, algumas pessoas podem desenvolver resiliência em relação às suas experiências de vitimização, no entanto podemos perceber que há de facto alguma influência na relação destas variáveis (Gruszczynska et al., 2011; Miley et al., 2020). O facto de as figuras parentais ou as figuras de referência serem violentas ou rejeitarem os jovens pode originar uma atribuição hostil e de falta de confiança em relação às intenções dos outros, o que ao longo do desenvolvimento pode originar com que os jovens estabeleçam relações disfuncionais, afetando assim o seu desenvolvimento e podendo aumentar o risco de comportamentos antissociais (Pinto, 2015 citado por Basto-Pereira, et al., 2016).

4. Objetivos e Hipóteses:

Como podemos observar a delinquência é um fenómeno que pode envolver diversos fatores. A presente investigação tem como objetivo perceber o impacto da família e das experiências traumáticas na infância nos comportamentos desviantes dos jovens e analisar de que forma o autocontrolo influencia os comportamentos delinquentes em jovens adultos

Segundo a literatura existente, o autocontrolo é um fator que influencia os comportamentos delinquentes, na medida em que as pessoas que desenvolveram melhor a sua capacidade de autocontrolo têm mais probabilidades de evitar a perpetuação de comportamentos delinquentes (Gomes & Pereira, 2014; Pechorro et al., 2019). Também o facto de os jovens apresentarem experiências traumáticas na sua infância, pode gerar uma predisposição para a perpetuação de comportamentos delinquentes (Braga et al., 2017). Neste sentido, construiu-se a **primeira hipótese**: jovens com mais experiências traumáticas têm menores níveis de autocontrolo e mais comportamentos delinquentes por oposição a jovens com menos experiências traumáticas e maiores níveis de autocontrolo. Posto isto, espera-se verificar a existência de uma relação negativa entre as experiências traumáticas e o autocontrolo e uma relação positiva com o comportamento delinvente, na medida em que quanto maior for a experiência traumática menor será o autocontrolo, e quanto mais experiências traumáticas mais comportamentos delinquentes terão os jovens.

O sistema familiar influencia o desenvolvimento das crianças, a maneira como são transmitidos valores, os laços emocionais existentes, a organização do sistema familiar e a comunicação são essenciais para um funcionamento familiar dito saudável (Andrews &

Bonta,2010; Olson & Gorall, 2003; Olson, 2011). Os fatores familiares influenciam o desenvolvimento de comportamentos delinquentes nos mais jovens, sendo a família um agente de socialização muito importante e que apresenta um papel central no comportamento criminal dos jovens (Cunha et al., 2015; Junger-Tas,2011; Quinsey et al., 2004). Neste sentido, surge então a **segunda hipótese**: jovens com um funcionamento familiar mais equilibrado (níveis de coesão e flexibilidade equilibrados) vão ter menos comportamentos delinquentes, por oposição a jovens com um funcionamento familiar desequilibrado (níveis de coesão e flexibilidade desequilibrados). Sendo assim, espera-se verificar uma relação negativa entre funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes, ou seja, quanto melhor for o funcionamento familiar dos jovens, menores são os comportamentos delinquentes.

Os maus tratos, desde abuso físicos, sexuais e emocionais, assim como a negligência e todas as formas de vitimização dos jovens está associada a comportamentos delinquentes durante a sua juventude. O género também parece apresentar diferenças na perpetuação de comportamentos delinquentes, sendo que os jovens do sexo masculino têm mais comportamentos delinquentes que as jovens do sexo feminino (Braga et al., 2017; Junger-Tas, 2011). Neste sentido, coloca-se a **terceira hipótese**: existem diferenças nos comportamentos delinquentes dos jovens em função do sexo e das experiências traumáticas na infância e das suas dimensões (Abuso Físico, abuso emocional, abuso sexual, negligência física, negligência emocional)

O autocontrolo surge e é promovido em sistemas familiares ditos equilibrados e saudáveis, o que vai originar jovens com a capacidade de resistir à perpetuação de comportamentos delinquentes (Gottfredson & Hirschi,1990). Os jovens que vivenciaram experiências traumáticas podem desenvolver menos a sua capacidade de autocontrolo, devido à falta de competências parentais. Como tal na **quarta hipótese**: espera-se que exista uma relação entre o funcionamento familiar e o autocontrolo e que as experiências traumáticas sejam uma variável mediadora nesta relação.

Jovens que sofreram experiências traumáticas na infância a nível familiar como negligência ou abuso, têm maior probabilidade de perpetuar comportamentos delinquentes e de ter problemas de ajustamento (Braga et al., 2017; Miley et al., 2020). Posto isto e como última e **quinta hipótese**: espera-se que exista uma relação entre o funcionamento familiar e a delinquência e que as experiências traumáticas na infância seja uma variável mediadora dessa relação.

Método

1. Participantes

A amostra é constituída por 337 participantes, 231 (68.5%) do género feminino e 106 (31.5%) do género masculino, com idades entre os 18 e os 21 anos de idade. (M=19.56, DP=1.169). No que respeita à nacionalidade dos participantes, a maioria tem nacionalidade portuguesa, 332, ou seja, 98.5 % da amostra.

Tabela 1 - *Distribuição da amostra segundo a Idade*

Idade	Frequência	%
18	85	25.2
19	81	24
20	68	20.2
21	103	30.6
Total	337	100

Em relação à sua situação atual, 263 (78 %) são estudantes, sendo que ainda existem 29 (8.6%) jovens que são trabalhadores/ estudantes, os restantes são trabalhadores ou encontram-se desempregados. Da amostra, 91 (27%) já chumbaram pelo menos uma vez.

Tabela 2 - *Distribuição dos participantes segundo a sua situação atual*

Situação Atual	Frequência	%
Estudantes	263	78
Trabalhadores/Estudantes	29	8.6
Trabalhadores	36	10.7
Desempregados	9	2.7
Total	337	100

Em relação ao meio familiar, a maioria reside com ambos os pais e irmãos, 147 (43.6%), ou então só com os pais, 82 (24.3%), os restantes vivem só com o pai ou com a mãe, acompanhados por outros membros de família, como irmãos, tios ou avós. Sobre o facto de terem irmãos, 292 (86.6%) tem pelo menos um irmão. Em relação ao estado civil dos progenitores dos participantes a maioria encontram-se casados, 224 (66.5%) e 59 (17.5%) divorciados, sendo que os restantes se encontram solteiros 34 (10.1%), em união de facto, 5 (1.5%) ou viúvos, 15 (4.5%).

Tabela 3 - Distribuição do Estado Civil dos Progenitores dos Participantes

Estado civil dos Pais	Frequência	%
Casados	224	66.5
Divorciados	59	17.5
Solteiros	34	10.1
União de Facto	15	4.5
Viúvos	5	1.5
Total	337	100

Em relação à história criminal familiar, 33 (9.8%) já tiveram algum membro da família a cumprir pena em estabelecimentos prisionais, sendo que 15 (4.5%) tiveram tios presos e 11 (3.3%) tiveram familiares, como pai, mãe, irmãos e avós presos. Em relação aos pares dos participantes, 97 (28.8%) já tiveram problemas com a polícia pelo menos uma vez durante a sua vida. Por fim, 30 (8.9%) jovens têm algum tipo de prescrição de medicação para o tratamento de ansiedade, hiperatividade ou problemas de humor.

2. Instrumentos:

2.1. Questionário Sociodemográfico

Foi realizado um questionário de recolha de dados sociodemográficos, de forma a recolher informação acerca dos participantes nomeadamente a sua idade, género, características e situação familiar, contactos com as forças de autoridade, tanto dos próprios como de algum elemento da sua família e os seus pares e prescrição de medicação psiquiátrica.

2.2. Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar

Esta escala foi criada por Olson, Sprenkle e Russel, em 1979. Desde essa altura tem vindo a sofrer diversas alterações, encontrando-se atualmente no FACES IV, ou seja, na sua quarta versão. O FACES IV permite avaliar o funcionamento familiar. É um instrumento de autorrelato que é composto por 42 itens distribuído por seis subescalas que avaliam níveis equilibrados e disfuncionais das dimensões da coesão e da flexibilidade familiar, isto é avaliado através de uma resposta tipo *Likert* de 5 pontos. (*1= Discordo Totalmente* até *5=Concordo Totalmente*) (Gomes & Gouveia-Pereira, 2014).

Em 2019, Gouveia-Pereira e os seus colaboradores realizaram a mais recente versão do FACES IV. Num primeiro estudo, a Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar, com 42 itens foi traduzida e é encontrada uma versão final com 24 itens, que avalia na mesma 6 subescalas de coesão e flexibilidade equilibrada e desequilibrada. De forma a verificar que as qualidades psicométricas do instrumento se mantinham, a versão de 24 itens foi aplicada num segundo momento. Verificou-se que a estrutura teórica continua relevante para a amostra de adolescentes em Portugal (Gouveia-Pereira et al., 2020).

Na versão utilizada neste estudo nos 24 itens presentes estão as seis subescalas, tal como nas outras versões do FACES (Anexo A). Existem subescalas que representam funcionamentos familiares funcionais e outras subescalas que representam funcionamentos familiares disfuncionais. Nas subescalas que representam funcionamentos familiares equilibrados temos a subescala da coesão equilibrada com itens como “Os membros da minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros” e a subescala da flexibilidade equilibrada com itens como

“A minha família tenta novas formas de lidar com os problemas”. Nas subescalas que representam funcionamentos familiares desequilibrados temos a subescala da coesão desagregada que apresenta itens como “ Nós damo-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro”; a subescala da coesão aglutinada com itens como “Os membros da família sentem-se culpados se quiserem passar o seu tempo longe da família”; a subescala da flexibilidade rígida que tem itens como “ Na nossa família, há consequência rigorosas para quem quebra as regras” e por fim, a subescala da flexibilidade caótica, que apresenta itens como “Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar” (Gouveia-Pereira et al., 2020).

Em relação às qualidades psicométricas do FACES IV neste estudo, podemos observar que a subescala da coesão aglutinada apresenta uma consistência interna mais baixa, as restantes subescalas apresentam valores de consistência interna razoáveis ou bons (Marôco, 2014). As escalas que representam funcionamentos familiares equilibrados, a coesão e flexibilidade equilibrada, apresentam uma média positiva, pois estão acima do ponto médio central.

Tabela 4 - Análise Descritiva Subescalas FACES IV

Subescalas FACES IV	Média	Desvio Padrão	<i>Alpha de Cronbach</i>
Coesão Desagregada	2.24	3.85	.77
Coesão Equilibrada	3.90	4.20	.87
Coesão Aglutinada	1.97	2.18	.65
Flexibilidade Rígida	2.19	2.62	.81
Flexibilidade Equilibrada	3.55	4.21	.83
Flexibilidade Caótica	2.09	2.49	.73

2.2.1. Operacionalização do FACES IV

Para codificar os dados obtidos através das respostas do FACES IV, Olson (2010) sugere a transformação dos dados em rácios, como tal, isso foi realizado na presente investigação. É utilizada a divisão dos resultados de cada uma das subescalas equilibradas pelas

médias das subescalas dos funcionamentos familiares desequilibrados, o que torna possível comparar valores funcionais e disfuncionais de cada sistema familiar.

Desta forma, podem ser criados três rácios: Rácio de Coesão Familiar, Rácio de Flexibilidade Familiar e Rácio do Funcionamento Familiar (Figura 1). Para obter os valores é necessário dividir a média das escalas da coesão e da flexibilidade desequilibrada e vamos obter os Rácios de Coesão e Flexibilidade Familiar. De seguida, através da média desses dois rácios podemos obter o Rácio do Funcionamento Familiar. Os valores do Rácio do Funcionamento Familiar podem variar entre 0.2 até 5, sendo o valor de 1 é indicador de sistemas familiares funcionais ou disfuncionais, na medida em que valores superiores a 1 representam famílias mais funcionais e valores inferiores a 1 representam famílias mais disfuncionais (Olson, 2010).

Através deste valor obtido no Rácio do Funcionamento Familiar, quanto mais abaixo de 1 for o valor mais disfuncional é o sistema familiar, em contrapartida, quanto mais acima de 1 for o valor mais funcional é o sistema familiar (Olson, 2010).

$$\text{Rácio de Coesão} = \text{Coesão Equilibrada} / (\text{C. Desagregada} + \text{C. Aglutinada}) / 2$$

$$\text{Rácio de Flexibilidade} = \text{Flexibilidade Equilibrada} / (\text{F. Rígida} + \text{F. Caótica}) / 2$$

$$\text{Rácio do Funcionamento Familiar} = \text{Rácio de Coesão} + \text{Rácio de Flexibilidade} / 2$$

Figura 1. *Fórmulas para Obtenção de Rácios do Modelo Circumplexo. Adaptada de FACES IV Manual”, Olson (2010).*

2.3. Questionário de Traumas de Infância

Para avaliar as experiências traumáticas dos jovens foi utilizado o Questionário de Trauma de Infância. A versão breve foi realizada por Bernstein e os seus colaboradores em 2003. Neste estudo vamos utilizar a validação realizada para a população portuguesa por Dias, Sales, Carvalho, Castro Vale, Kleber e Mota Cardoso, em 2013 (Anexo B). Constitui um

instrumento de autorrelato, onde se avalia a exposição a situações de maus tratos, ocorridas até aos 15 anos de idade. A resposta é dada através de uma escala de *Likert* de 5 pontos. (1=*Nunca* até 5=*Sempre*). Tem 28 itens e vai dar informação acerca de cinco tipos de maus tratos: negligência emocional, negligência física, abuso físico, abuso sexual e abuso emocional (Dias et al., 2013).

Na subescala da negligência emocional (M=9.09, DP=4.31) estão presentes 5 itens como “Havia alguém na minha família que me ajudava a sentir especial ou importante” ou “As pessoas da minha família cuidavam umas das outras”. Na subescala da negligência física (M=6.19; DP=2.36) estão 5 itens como “Eu não tinha comida suficiente” ou “Tinha que usar roupas sujas”. Na subescala do abuso físico (M=5.84; DP=2.58), com 5 itens, encontram-se itens como “Na minha família batiam-me tanto que tinha que ir ao hospital ou ao médico” ou “Acredito que fui fisicamente maltratado”. Na subescala do abuso sexual, com 5 itens (M=5.34; DP=1.77) estão presentes itens como “Tentaram tocar-me ou obrigaram-me a tocar alguém sexualmente” ou “Ameaçaram-me magoar-me ou contar mentiras sobre mim se eu não fizesse algo sexual”. Por fim, na subescala do abuso emocional existem 5 itens (M=8.41; DP=3.91) e estão presentes itens como “Sentia que na minha família alguém me odiava” ou “Achava que os meus pais preferiam que eu não tivesse nascido” (Dias et al., 2013).

Os itens são cotados através da frequência com que ocorreram, sendo a cotação invertida nos itens que representam uma infância agradável (2,5,7,13,19,26 e 28). Este instrumento dá-nos um indicador geral de exposição a maltrato que é obtido através da soma da pontuação das cinco subescalas avaliadas e avalia também a exposição a cinco tipos de maus tratos, sendo eles: negligência emocional, negligência física, abuso físico, abuso sexual e abuso emocional (Dias et al., 2013). Também nos dá um índice de negação, que é avaliado por repostas extremas nos itens 10,16 e 22, que serve para avaliar questões relacionadas com a desejabilidade social, no entanto, no presente estudo isto foi avaliado (Dias et al., 2013).

Em relação à consistência interna do Questionário de Traumas de Infância (QTF) (M=46.35; DP=9.73) neste estudo, podemos observar que tanto o QTF como todas as dimensões que são avaliadas apresentam consistências internas boas, exceto a subescala da negligência física, na medida em que esta subescala apresenta uma consistência interna baixa. O *Alpha* de *Cronbach* para a escala total foi de .82, para a negligência emocional foi de .89, para a negligência física .62, para o abuso físico .88, para o abuso sexual .94 e para a subescala do abuso emocional .85.

2.4. Escala Breve de Autocontrole

Esta escala é uma medida de autorrelato. Foi criada a partir da versão original da Escala de Autocontrole, que tinha 36 itens (Self-Control Scale – SCS; Tangney et al., 2004). Foi desenvolvida posteriormente a versão breve com 13 itens (Anexo C). A Escala Breve de Autocontrole foi validada por Pechorro, Pontes, DeLisi, Alberto e Simões, em 2018. Os participantes respondem através de uma escala de *Likert* de 5 pontos. (1 = Nada é nada verdade até 5 = É muito verdade). Esta inclui itens como “É-me difícil quebrar os meus maus hábitos” ou “Por vezes não consigo evitar fazer certas coisas que sei que são erradas” (Pechorro et al., 2019).

A pontuação obtém-se através da reversão dos itens apropriados. Posteriormente, somando as respostas dadas a cada item obtém-se uma pontuação, sendo que pontuações mais altas indicam maiores níveis de autocontrole (Pechorro et al., 2019).

Em relação às qualidades psicométricas deste instrumento no presente estudo, a Escala Breve de Autocontrole (M =40.18, DP=8.29), obteve um valor de *Alpha* de *Cronbach* $\alpha = .82$, o que significa uma consistência interna boa (Marôco, 2014). Em relação à média do autocontrole neste estudo, podemos verificar que os participantes se encontram acima da média, pelo que apresentam níveis de autocontrole positivos.

2.5. Escala de Variedade dos Comportamentos Desviantes

A Escala de Variedade dos Comportamentos Desviantes foi construída por Sanches, Gouveia-Pereira, Marôco, Gomes e Roncon em 2016. Será utilizada para avaliar a diversidade dos comportamentos desviantes dos jovens e foi construída para a população portuguesa (Anexo D) (Sanches et al., 2016). Esta escala contém 19 itens que estão distribuídos por diversas categorias: consumo de drogas e álcool, como “Consumiste cocaína ou heroína?”; uso de transportes públicos sem pagar, como “Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete?”; conduzir sem carta como “Conduziste uma mota ou um carro sem ter carta de condução?”; furtos, como “Assaltaste um carro, uma casa, loja, escola ou outro edifício?”; assaltos, como “Roubaste alguma coisa que valesse entre 5 e 50 euros (ex. em lojas, na escola, a uma pessoa,

etc.)?"; mentira, como "Mentiste a adultos (ex. familiares, professores, etc.)?" ou "Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem?" e desafio a autoridades, como "Bateste a um adulto (ex. professor, familiar, agente de segurança, etc.)?"; posse de armas, como "Transportaste uma arma (ex.: navalha, pistola, etc.)?"; venda de drogas, como "Vendeste droga (ex. haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc.)?"; vandalismo, como "Estragaste ou destruístes bens públicos ou privados (ex. parquímetros, sinais de trânsito, máquinas de distribuição de produtos, carros, etc.)?" e agressão física e verbal, como "Bateste a um adulto (ex. professor, familiar, agente de segurança, etc.)?" (Sanches et al., 2016)

No presente estudo, em relação a estes 19 itens é perguntado a cada jovem se alguma vez tiveram este comportamento. A resposta é dicotómica, na medida em que os participantes apenas respondem "Sim" ou "Não". A pontuação é obtida através da soma destes 19 comportamentos, sendo assim, a resposta pode variar entre 0 e 19, o que significa que 0 não praticou nenhum dos comportamentos desviantes e 19 praticou todos os comportamentos desviantes apresentados, ou seja, pontuações mais altas indicam que foram praticados mais comportamentos desviantes e um maior envolvimento em atividades antissociais (Sanches et al., 2016).

Em relação às qualidades psicométricas da Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes ($M = 5.27$, $DP = 3.18$), obtivemos um *Alpha* de Cronbach $\alpha = .77$, o que revela uma consistência interna razoável (Marôco, 2014).

3. Procedimento

Para a recolha de dados, elaborou-se diversas pesquisas acerca de instrumentos relevantes para as variáveis em estudo. Seguidamente, estes instrumentos foram introduzidos em formato *online*, de forma a recolher os dados do estudo através de plataformas digitais. Antes dos participantes iniciarem a resposta ao estudo é explicado o objetivo do mesmo, bem como o seu propósito. Informa-se os participantes que os dados recolhidos são anónimos e confidenciais, e que as suas respostas nunca serão divulgadas e que serão apenas utilizadas para fins de investigação, ainda assim, que podem desistir da sua participação sem qualquer tipo de consequência. Os participantes são também informados, que o preenchimento do questionário é entre 15 e 20 minutos e que não existem respostas certas ou erradas, dado que o objetivo é recolher as suas experiências pessoais. Por fim, é deixado o contacto para eventuais dúvidas. O

período de recolha de dados teve início a 4 de maio de 2020, tendo terminado a 4 de junho de 2020.

No fim das informações acima mencionadas é então pedido o consentimento informado dos participantes, de forma a manifestarem o seu interesse em participarem no estudo. Seguidamente, os participantes iniciam as respostas aos questionários pela seguinte ordem: Escala de Avaliação de Flexibilidade e Coesão Familiar - FACES IV, Questionário de Trauma de Infância; Escala Breve de Autocontrolo, Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes e por fim, um questionário sociodemográfico, onde recolhemos dados de forma a caracterizar a amostra. Depois da recolha de dados, estes foram analisados através de um programa estatístico, nomeadamente através do SPSS *Statistics* (v. 26, Chicago, IL), para realizar os testes de hipóteses e extrair as conclusões do presente estudo.

Resultados

Em seguida, serão apresentados os resultados dos testes estatísticos relativos às hipóteses desta investigação elaborados através do SPSS *Statistics*, versão 26.

Como a nossa amostra é constituída por 337 participantes, esta é elevada o suficiente para aplicar o Teorema do Limite Central, que postula que em amostras com dimensões consideradas admissíveis ($> 25/30$ sujeitos) a distribuição da média amostral é considerada aproximada à normal, justificando assim que as diferentes distribuições do presente estudo cumprem o pressuposto de utilização de testes paramétricos (Marôco, 2014).

1. Relação entre Experiências Traumáticas, Autocontrolo e Comportamentos Delinquentes e Relação entre Funcionamento Familiar e Comportamentos Delinquentes

Em relação à **Primeira Hipótese** presente neste estudo “espera-se verificar a existência de uma relação negativa entre as experiências traumáticas e o autocontrolo e uma relação positiva com o comportamento delincente” e à **Segunda Hipótese** “espera-se verificar uma relação negativa entre funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes”. Para tal realizamos correlações de *Pearson* entre as diferentes variáveis em estudo.

Os resultados permitem verificar que maior parte das variáveis se encontram correlacionadas significativamente entre si de forma moderada e/ou elevada.

Os resultados (Tabela 5) permitem verificar que os Comportamentos Delinquentes estão negativamente correlacionados tanto com o Autocontrolo ($r = -.37$), como com o Rácio de Coesão ($r = -.26$), tal como com o Rácio de Flexibilidade ($r = -.26$) e, com o Rácio de Funcionamento Familiar ($r = -.29$). Pelo contrário, as experiências traumáticas e as suas várias dimensões: Experiências Traumáticas ($r = .38$); Abuso Emocional ($r = .31$); Negligência Emocional ($r = .30$); Abuso Sexual ($r = .20$); Abuso Físico ($r = .34$); Negligência Física ($r = .31$), estão positivamente correlacionados com os Comportamentos Delinquentes.

Estes resultados reportados anteriormente sugerem que quanto mais Autocontrolo menos Comportamentos Delinquentes o jovem tem, tal como quanto mais Coesão, Flexibilidade e, Funcionamento Familiar os jovens apresentarem, menos Comportamentos Delinquentes apresentam. De igual modo, estes resultados sugerem, também, que quanto mais

Experiências Traumáticas (Abuso Físico, Sexual e Emocional e Negligência Física e Emocional), o jovem experienciou, mais Comportamentos Delinquentes apresentam.

De igual modo, os resultados da Tabela 5 indicam que o Autocontrole está correlacionado negativamente com as Experiências Traumáticas ($r = -.15$) e com as dimensões: Abuso Emocional ($r = -.23$); Negligência Emocional ($r = -.17$); Abuso Físico ($r = -.13$). Estes resultados sugerem que quanto mais os jovens vivenciaram Experiências Traumáticas, isto ao nível do Abuso Emocional, Abuso Físico e Negligência Emocional, menos autocontrole os jovens apresentam. Assim, estes resultados permitem-nos referir que os mesmos suportam a primeira e segunda hipótese em estudo.

Por sua vez, os resultados indicam que o Autocontrole está positivamente correlacionado com o Rácio de Coesão ($r = .25$), com o Rácio de Flexibilidade ($r = .29$) e, com o Rácio do Funcionamento Familiar ($r = .30$). Estes resultados sugerem que quanto maiores os níveis de Coesão, Flexibilidade e Funcionamento Familiar dos jovens, maiores os níveis de Autocontrole.

Adicionalmente, os resultados demonstram que as Experiências Traumáticas estão significativa e negativamente correlacionadas com o Rácio de Coesão ($r = -.40$), com o Rácio de Flexibilidade ($r = -.37$) e, com o Rácio do Funcionamento Familiar ($r = -.43$). Estes resultados sugerem que quantos menores forem os níveis de Coesão, Flexibilidade e Funcionamento Familiar, mais Experiências Traumáticas vivenciaram os jovens.

Tabela 5 – Correlações entre as variáveis em estudo

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1 C. Delinquentes	-										
2 Autocontrole	-.37**	-									
3 Experiências Traumáticas	.38**	-.15**	-								
4 Abuso Emocional	.31**	-.23**	.84**	-							
5 Negligência Emocional	.30**	-.17**	.70**	.65**	-						
6 Abuso Sexual	.20**	.02	.64**	.36**	.16**	-					
7 Abuso Físico	.34**	-.13*	.76**	.51**	.28**	.57**	-				
8 Negligência Física	.31**	-.07	.77**	.51**	.53**	.55**	.53**	-			
9 Rácio Coesão	-.26**	.25**	-.40**	-.43**	-.55*	-.11*	-.16**	-.26**	-		
10 Rácio Flexibilidade	-.26**	.29**	-.37**	-.43**	-.47**	-.10	-.20**	-.26**	.62**	-	
11 Rácio Funcionamento Familiar	-.29**	.30**	-.43**	-.48**	-.57**	-.12*	-.20**	-.29**	.91**	.89**	-

**Nível de significância < 0,01 * Nível de significância < 0,05

2. Sexo, Experiências Traumáticas e Comportamentos Delinquentes

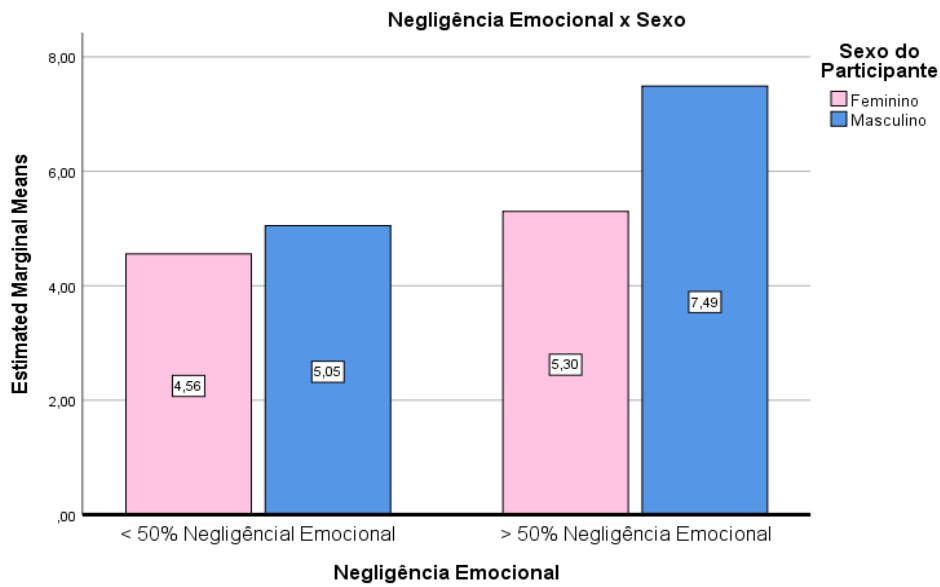
Em relação à **terceira hipótese** do presente estudo “Em função do sexo e das experiências traumáticas na infância, é esperado que existam diferenças nos comportamentos delinquentes dos jovens”, realizou-se o teste *ANOVA Two-Way* para se analisarem os efeitos principais e efeitos de interação das variáveis independentes Sexo, Experiências Traumáticas (Abuso Emocional; Negligência Emocional; Abuso Sexual; Abuso Físico; Negligência Física) sobre a variável dependente Comportamentos Delinquentes.

Ao nível da variável Experiências Traumáticas e das suas dimensões, de forma a conseguirmos realizar os procedimentos estatísticos, optámos por definir os níveis destas variáveis através do ponto médio apresentado pelos participantes, perfazendo assim, por exemplo, as experiências traumáticas de alto nível (>50% das respostas médias dos participantes) e as experiências traumáticas de baixo nível (<50% as respostas médias dos participantes) (N = 165; N = 171, respetivamente).

Os resultados dos possíveis efeitos de interação entre as diferentes dimensões das Experiências Traumáticas sobre o Sexo ao nível dos Comportamentos Delinquentes demonstram que existiram efeitos estatisticamente significativos em duas dimensões, nomeadamente na Negligência emocional, bem como no Abuso sexual.

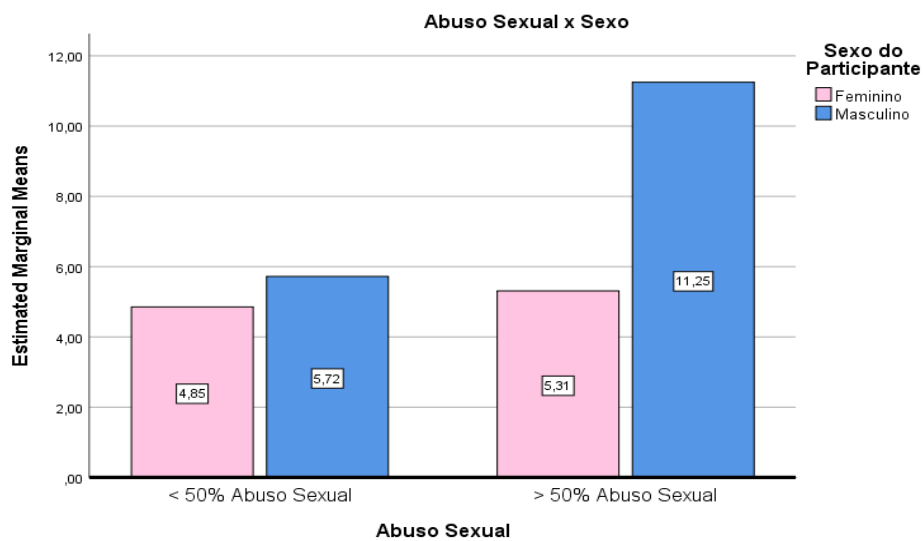
Os resultados demonstraram um efeito de interação entre a Negligência Emocional e o Sexo nos Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 5.50$; $p = .020$; $\eta^2_p = .02$), sugerindo que existem diferenças ao nível dos comportamentos delinquentes entre rapazes e raparigas quando os níveis de negligência emocional são elevados (> 50 % negligência emocional), tal como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Efeito de interação entre Negligência Emocional e Sexo



De igual modo, os resultados mostram um efeito de interação entre o Abuso Sexual e o Sexo ($F(1,332) = 12.95$; $p = .000$; $\eta^2_p = .04$), sugerindo que existem diferenças ao nível dos comportamentos entre rapazes e raparigas quando os níveis de abuso sexual são considerados elevados (>50% abuso sexual), como se verifica na Figura 3.

Figura 3 - Efeito de interação entre Abuso Sexual e Sexo



O resultado do teste *ANOVA Two-Way* relativos aos efeitos principais da variável Sexo dos participantes permitem verificar a existência de um efeito principal sobre os Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 14.97; p = .000; \eta^2_p = .04$), o que indica que os rapazes apresentam mais Comportamentos Delinquentes ($M = 6.27; DP = .30$) comparativamente com as raparigas ($M = 4.86; DP = .20$). Estes resultados suportam, em parte, a hipótese inicial proposta neste estudo, de que os comportamentos delinquentes irão diferir significativamente dependendo do sexo do adolescente.

Os nossos resultados mostram que existe um efeito principal em todas as dimensões das experiências traumáticas nos comportamentos delinquentes. Além disso, os resultados evidenciam que existe o efeito principal das Experiências Traumáticas é possível verificar que o mesmo é estatisticamente significativo ($F(1,332) = 16.76; p = .000; \eta^2_p = .05$), o que indica que os jovens que vivenciaram um maior nível de Experiências Traumáticas apresentam mais Comportamentos Delinquentes ($M = 6.31; DP = .27$) comparativamente com os jovens que vivenciaram um menor nível de Experiências Traumáticas ($M = 4.82; DP = .25$). Estes resultados suportam a hipótese inicial, em parte, de que os comportamentos delinquentes irão diferir significativamente dependendo do nível de Experiências Traumáticas que vivenciaram. Decidimos também verificar os efeitos principais em cada uma das dimensões das Experiências Traumáticas, nomeadamente: Abuso emocional, Negligência emocional, Abuso sexual, Abuso físico e Negligência Física, devido ao facto de cada uma destas dimensões apresentar um impacto diferente nos comportamentos delinquentes.

Os resultados indicam que existe um efeito principal estatisticamente significativo do Abuso Emocional sobre os Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 27.19; p = .000; \eta^2_p = .08$), o que indica que os jovens que vivenciaram um maior nível de Abuso Emocional apresentam mais Comportamentos Delinquentes ($M = 6.57; DP = .27$) comparativamente com os jovens que vivenciaram um menor nível de Abuso Emocional ($M = 4.69; DP = .24$).

Os resultados também indicam a existência estatisticamente significativa de um efeito principal da Negligência Emocional sobre os Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 19.38; p = .000; \eta^2_p = .06$), o que indica que os jovens que vivenciaram um maior nível de Negligência Emocional apresentam mais Comportamentos Delinquentes ($M = 6.40; DP = .27$) comparativamente com os jovens que vivenciaram um menor nível de Negligência Emocional ($M = 4.80; DP = .24$).

Observamos um efeito principal do Abuso Sexual sobre os Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 18.01; p = .000; \eta^2_p = .05$), o que indica que os jovens que vivenciaram um maior nível de Abuso Sexual apresentam um maior número de Comportamentos Delinquentes ($M = 8.28; DP = .68$) comparativamente com os jovens que vivenciaram um menor nível de Abuso Sexual ($M = 5.29; DP = .19$).

No que respeita ao Abuso Físico verificamos um efeito principal estatisticamente significativo sobre os Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 13.92; p = .000; \eta^2_p = .04$), o que indica que os jovens que vivenciaram um maior nível de Abuso Físico apresentam um maior número de Comportamentos Delinquentes ($M = 6.90; DP = .41$) comparativamente com os jovens que vivenciaram um menor nível de Abuso Físico ($M = 5.19; DP = .20$).

Por último observamos um efeito principal da Negligência Física sobre os Comportamentos Delinquentes ($F(1,332) = 8.25; p = .004; \eta^2_p = .02$), o que indica que os jovens que vivenciaram um maior nível de Negligência Física apresentam uma maior quantidade de Comportamentos Delinquentes ($M = 6.25; DP = .32$) comparativamente com os jovens que vivenciaram um menor nível de Negligência Física ($M = 5.14; DP = .22$).

Por fim, é de referir que os resultados dos efeitos de interação entre as diferentes dimensões das Experiências Traumáticas sobre o Sexo ao nível dos Comportamentos Delinquentes demonstram que não existem efeitos de interação significativos entre o Abuso Emocional e o Sexo nos Comportamentos Delinquentes, tal como, os resultados de efeito de interação entre as variáveis Abuso Físico e o Sexo não chegaram a uma significância estatística e, por fim, o mesmo se sucedeu com os resultados relativos à interação das variáveis Negligência Física e o Sexo, indicando, também, a não existência de uma interação significativa, no presente estudo.

3. Funcionamento Familiar, Autocontrole, Comportamentos Delinquentes e Experiências Traumáticas

3.1. Experiências Traumáticas como mediadora da relação entre o Funcionamento Familiar e o Autocontrole

Por fim, em relação à **Quarta Hipótese**: “Espera-se que exista uma relação entre o funcionamento familiar e o autocontrole e que as experiências traumáticas sejam uma variável mediadora dessa relação” (1º modelo) e **Quinta Hipótese**: “Espera-se que exista uma relação entre o funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes e que as experiências traumáticas na infância sejam uma variável mediadora dessa relação” (2º modelo).

Para responder a estas duas hipóteses realizaram-se dois modelos de mediação (Figura 4 e 5). Para estes dois modelos de mediação, utilizou-se o método proposto por Baron e Kenny (1986), que defende que para se verificar um efeito de mediação terão de se verificar quatro condições. A primeira condição referida pelos autores é a necessidade de verificar numa análise de regressão linear simples, um efeito significativo da variável independente sobre a variável mediadora. A segunda condição é a realização de outra regressão linear, onde se verifica o efeito da variável independente sobre a variável dependente. A terceira condição implica que a variável mediadora tenha um efeito significativo sobre a variável dependente. Na última condição de acordo com os autores, o efeito da variável dependente na última regressão linear deve diminuir por comparação com a análise de regressão em que era considerada como único fator.

Os resultados do 1º modelo mostram a verificação de um efeito significativo entre a variável independente e a variável mediadora, cuja foi verificada através da realização de uma regressão linear simples entre o Funcionamento Familiar (variável independente) e as Experiências Traumáticas (variável mediadora). Os resultados da mesma permitem concluir a existência de uma relação significativa entre o Funcionamento Familiar ($\beta = -.43$; $p = .000$; $R^2 = .18$) e as Experiências Traumáticas, validando assim a primeira condição.

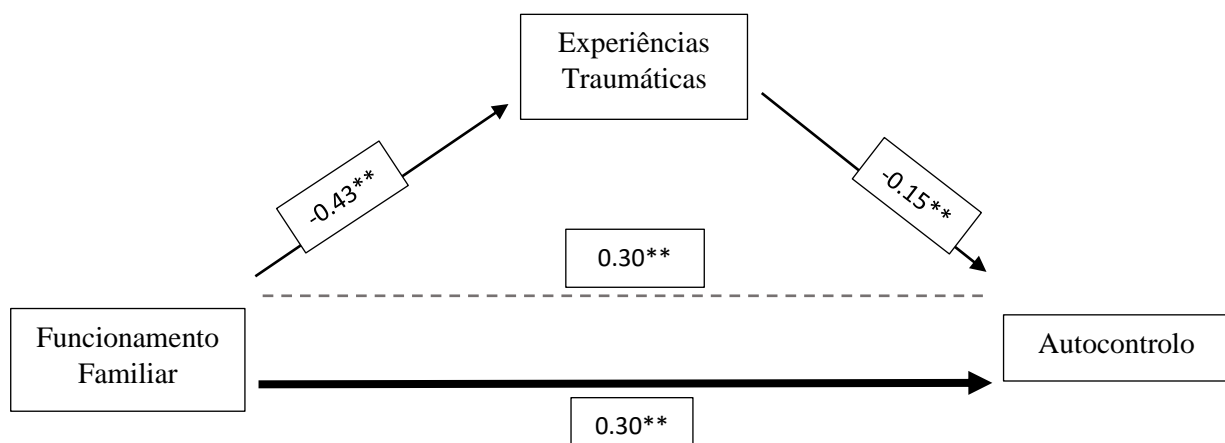
A segunda condição a ser verificada diz respeito à verificação de um efeito estatisticamente significativo entre a variável independente e a variável dependente, cuja foi verificada através da realização de uma outra regressão linear simples entre Funcionamento Familiar (variável independente) e o Autocontrole (variável dependente). Os resultados desta

permitiram verificar uma relação estatisticamente significativa entre o Funcionamento Familiar ($\beta = .30$; $p = .000$; $R^2 = .09$) e o Autocontrole, validando assim a segunda condição.

A terceira condição a ser verificada implica que a variável mediadora esteja relacionada estatisticamente de forma significativa com a variável dependente, cuja foi verificada através da realização de uma regressão linear simples, com a variável mediadora (Experiências Traumáticas) como sendo agora a variável independente sobre a variável dependente (Autocontrole). A terceira condição foi validada, visto ter sido possível verificar uma relação estatisticamente significativa ($\beta = -.15$; $p = .006$; $R^2 = .02$) das Experiências Traumáticas sobre o Autocontrole.

Por fim, a última condição a verificar, de acordo com o modelo proposto por Baron e Kenny (1986), é de que o efeito da variável independente sobre a variável dependente deve reduzir a sua dimensão comparativamente com a análise de regressão linear em que era considerada como único fator. Para testar esta última condição foi realizada uma regressão linear (desta vez via método *Stepwise*) com a introdução da variável independente (Funcionamento Familiar) e da variável mediadora (Experiências Traumáticas) sobre a variável dependente (Autocontrole). Os resultados indicam que não existe mediação das experiências traumáticas na relação entre o funcionamento familiar e o autocontrole, uma vez que essa relação se manteve constante ($\beta = .30$; $p = .000$; $R^2 = .09$). Estes resultados concluem a não existência de um efeito mediador.

Figura 4 – Modelo de Mediação das Experiências Traumáticas na relação entre Funcionamento Familiar e Autocontrole



** Nível de significância < 0,01 * Nível de significância < 0,05

3.2. Experiências Traumáticas como mediadora da relação entre o Funcionamento Familiar e os Comportamentos Delinquentes

O segundo modelo tem como variável independente o Funcionamento Familiar, a variável dependente os Comportamentos Delinquentes e, como variável mediadora as Experiências Traumáticas. Utilizou-se o mesmo método proposto por Baron e Kenny (1986), referido no modelo realizado anteriormente.

A primeira condição a ser verificada diz respeito à verificação de um efeito significativo entre a variável independente e a variável mediadora, cuja foi verificada através da realização de uma regressão linear simples entre o Funcionamento Familiar (variável independente) e as Experiências Traumáticas (variável mediadora). Os resultados da mesma permitem concluir a existência de uma relação significativa entre o Funcionamento Familiar ($\beta = -.43$; $p = .000$; $R^2 = .18$) e as Experiências Traumáticas, validando assim a primeira condição, algo já referido no modelo realizado anteriormente.

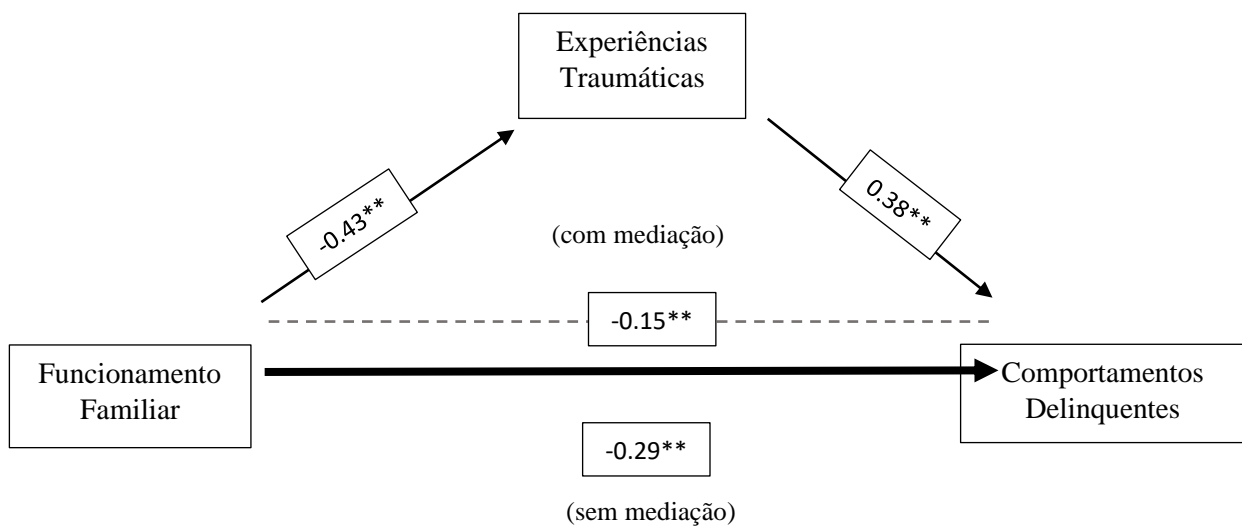
A segunda condição a ser verificada diz respeito à verificação de um efeito estatisticamente significativo entre a variável independente e a variável dependente, cuja foi verificada através da realização de uma outra regressão linear simples entre Funcionamento Familiar (variável independente) e os Comportamentos Delinquentes (variável dependente). Os resultados desta permitiram verificar uma relação estatisticamente significativa entre o Funcionamento Familiar ($\beta = -.29$; $p = .000$; $R^2 = .08$) e os Comportamentos Delinquentes, validando assim a segunda condição.

A terceira condição a ser verificada implica que a variável mediadora esteja relacionada estatisticamente de forma significativa com a variável dependente, cuja foi verificada através da realização de uma regressão linear simples, com a variável mediadora (Experiências Traumáticas) como sendo agora a variável independente sobre a variável dependente (Comportamentos Delinquentes). A terceira condição foi validada, visto ter sido possível verificar uma relação estatisticamente significativa ($\beta = .38$; $p = .000$; $R^2 = .14$) das Experiências Traumáticas sobre os Comportamentos Delinquentes.

Por fim, a última condição a verificar, de acordo com o modelo proposto por Baron e Kenny (1986), é de que o efeito da variável independente sobre a variável dependente deve reduzir a sua dimensão comparativamente com a análise de regressão linear em que era considerada como único fator. Para testar esta última condição foi realizada uma regressão

linear (desta vez via método *Stepwise*) com a introdução da variável independente (Funcionamento Familiar) e da variável mediadora (Experiências Traumáticas) sobre a variável dependente (Comportamentos Delinquentes). Os resultados indicam que esta última condição foi verificada, visto que é possível verificar que o efeito do Funcionamento Familiar (variável independente) sobre os Comportamentos Delinquentes (variável dependente) sofreu uma redução considerável da sua dimensão e, ($\beta = -.15$; $p = .007$; $R^2_a = .16$) nesta última análise de regressão realizada. Estes resultados concluem a existência de uma mediação parcial das experiências traumáticas na relação entre o Funcionamento Familiar e os Comportamentos Delinquentes.

Figura 5 – *Modelo de Mediação das Experiências Traumáticas na relação entre Funcionamento Familiar e Comportamentos Delinquentes*



** Nível de significância < 0,01

* Nível de significância < 0,05

Discussão

O presente estudo foi realizado com o objetivo de perceber os comportamentos delinquentes nos jovens, assim como entender o impacto que o funcionamento familiar e as experiências traumáticas na infância têm nos comportamentos delinquentes e de que forma é que o autocontrole vai influenciar a delinquência nos jovens.

De uma forma geral, as experiências traumáticas na infância parecem relacionar-se tanto com o autocontrole como com os comportamentos delinquentes, na medida em que quanto mais experiências traumáticas apresentarem os jovens mais comportamentos delinquentes terão e quanto mais experiências traumáticas vivenciaram menos autocontrole têm os jovens. Neste estudo, também se verificou que quanto mais equilibrado for o funcionamento familiar do jovem menos comportamentos delinquentes serão apresentados pelos jovens

Os resultados neste estudo demonstram que ao nível dos efeitos de interação, verifica-se que rapazes com maiores níveis de negligência emocional e abuso sexual apresentam mais comportamentos delinquentes comparativamente com as raparigas. Ao nível dos efeitos principais existem diferenças nos comportamentos delinquentes ao nível do sexo e das experiências traumáticas dos jovens. Também existem diferenças em todas as dimensões das experiências traumáticas.

Finalmente, este estudo também permitiu analisar a relação entre o funcionamento familiar e o autocontrole, bem como a relação entre o funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes e perceber se as experiências traumáticas são uma variável mediadora destas relações. Como tal, foram criados dois modelos de mediação, o primeiro modelo de relação entre o funcionamento familiar e o autocontrole, mediado pelas experiências traumáticas na infância; onde não se verificou o efeito mediador. E o segundo modelo de relação entre o funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes, também mediado pelas experiências traumáticas; onde se verificou o efeito mediador.

1. Experiências Traumáticas, Autocontrole e Comportamentos Delinquentes

Na primeira hipótese deste estudo procuramos perceber a existência de relação entre as experiências traumáticas, o autocontrole e os comportamentos delinquentes.

No presente estudo, verificámos que o comportamento delinquente se encontra relacionado com as experiências traumáticas evidenciando uma correlação significativa e positiva, na medida em que quanto mais experiências traumáticas os jovens apresentam, mais comportamentos delinquentes têm os jovens. Verificámos também a existência de uma relação significativa e negativa entre o autocontrolo e as experiências traumáticas, o que demonstra que quanto mais experiências traumáticas os jovens vivenciaram, menos autocontrolo apresentam. Adicionalmente, encontramos ainda uma relação significativa e negativa entre o autocontrolo e os comportamentos delinquentes, na medida em que quanto mais autocontrolo os jovens têm, menos comportamentos delinquentes apresentam. Através destes resultados, comprovámos assim a primeira hipótese em estudo.

Sabemos como referido ao longo da revisão de literatura que as experiências que os jovens têm ao longo da sua infância influenciam o seu percurso e o seu desenvolvimento a todos os níveis. Algo muito importante é o autocontrolo, que é a capacidade que as pessoas têm para dominar ou resistir aos seus impulsos que são socialmente inaceitáveis (Pechorro et al., 2019). O autocontrolo é desenvolvido através da socialização dentro da família, que posteriormente é coadjuvada por outras instituições, sendo de grande importância que a família represente um meio seguro para o desenvolvimento da criança e do jovem. Segundo Gottfredson e Hirschi, 1990, as práticas parentais pouco eficazes, são a causa fundamental para a falta de autocontrolo. Ambientes familiares onde os jovens vivenciaram situações de negligência, abusos ou maus tratos, podem constituir falta de competências parentais, proteção, respeito, falta de supervisão, algo que é muito importante no desenvolvimento do autocontrolo (Fonseca e Simões, 2002; Gottfredson e Hirschi, 1990). O autocontrolo tem um papel muito importante na prática de comportamentos desviantes, pois jovens com mais capacidade de autocontrolo conseguem ter mais controlo sobre as suas ações e evitar assim o seu envolvimento em comportamentos delinquentes, enquanto jovens com menos capacidade de autocontrolo têm mais dificuldade em resistir a estes comportamentos (Gottfredson e Hirschi, 1990).

2. Funcionamento Familiar e Comportamentos Delinquentes

Nesta hipótese procuramos encontrar uma relação entre o funcionamento familiar e os comportamentos delinquentes nos jovens que participaram neste estudo. Estudos comprovam que o funcionamento familiar tem influência na delinquência dos jovens, como tal decidimos

verificar a existência de relação entre estas duas variáveis no presente estudo (Fonseca e Simões, 2002; Gomes & Pereira, 2014).

Através das análises realizadas verificou-se que os comportamentos delinquentes estão relacionados de forma significativa e negativa com o Rácio de Funcionamento Familiar, demonstrando que quanto melhor se apresentou o funcionamento familiar dos jovens, menos comportamentos delinquentes os jovens apresentaram. Também verificamos a existência de uma relação significativa e negativa entre os comportamentos delinquentes e o Rácio de Coesão Familiar, bem como o Rácio de Flexibilidade Familiar, o que demonstra que quanto melhores forem os níveis de coesão e de flexibilidade familiar, menos comportamentos delinquentes apresentam os jovens; estes resultados confirmam assim a segunda hipótese em estudo.

De acordo com Olson (2000), o modelo circumplexo assume que níveis equilibrados de coesão e flexibilidade levam a um funcionamento familiar dito saudável, onde existe um ambiente positivo para o desenvolvimento do jovem. A capacidade de ir oscilando entre a estabilidade e a mudança é essencial para manter um ambiente saudável na família. Na adolescência os jovens podem ter interesse por novas atividades de forma a experienciar novas sensações, quer por influência dos pares, quer por alterações próprias desta etapa de desenvolvimento. A coesão representa o laço emocional que os membros da família mantêm entre si. Esta dimensão pode variar entre a total separação, onde não existe qualquer envolvimento (família desligada/desagregada), por oposição a membros da família onde existe uma grande dependência, com reduzida individualidade dos membros (família emaranhada/aglutinada). A flexibilidade representa as mudanças que existem na liderança, nas regras e nos papéis familiares. Esta dimensão oscila entre famílias muito controladoras, com lideranças de carácter autoritário (famílias rígidas), por oposição a famílias, onde as decisões são tomadas por qualquer membro da família de forma impulsiva, com pouca ponderação ou partilha entre os membros (família caótica) (Olson & Gorall, 2003).

Nas famílias onde existe uma separação, pouco envolvimento, onde as decisões são tomadas de forma irrefletidas por qualquer membro sem serem ponderadas, os jovens tendem a perceber a falta de interesse por parte das figuras parentais como negativas e a probabilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes aumenta (Junger-Tas, 2011). Nas famílias onde existe uma grande dependência entre os elementos, sem espaço para o próprio, com um grande controlo, os jovens não têm espaço para ganhar independência o que pode fazer com que os jovens se tornem hostis e rebeldes, podendo levar assim a

comportamentos delinquentes. Nos níveis equilibrados de coesão, existe uma certa separação emocional necessária à individualidade de cada membro da família, mas as decisões relevantes são tomadas em conjunto. Em relação à flexibilidade, os níveis equilibrados variam entre a mudança e a estabilidade, existindo uma reflexão na tomada de decisões partilhada pelos membros e uma discussão de regras do sistema familiar, onde os papéis vão alternando consoante as necessidades. A importância da família no desenvolvimento de comportamentos delinquentes dos jovens é um fator mencionado em diversa literatura, (Cunha et al., 2015; Junger-Tas,2011; Quinsey et al., 2004), pois sabemos que as relações familiares e a maneira como os jovens percebem a sua família influencia os seus comportamentos, nomeadamente os comportamentos desviantes (Andrews & Bonta,2010).

3. Comportamentos Delinquentes, Sexo e Experiências Traumáticas

Na terceira hipótese deste estudo, o principal objetivo foi verificar se existem efeitos de interação e efeitos principais entre o sexo e as experiências traumáticas dos jovens nos comportamentos delinquentes.

Analisámos os efeitos de interações em todas as dimensões das Experiências Traumáticas: Abuso Emocional, Negligência Emocional, Abuso Sexual, Abuso Físico e Negligência Física. Foram encontradas interações entre o Abuso Sexual e Sexo nos Comportamentos Delinquentes, na medida em que rapazes com maiores níveis de abuso sexual apresentam um maior nível de comportamentos delinquentes, o mesmo aconteceu com a variável da Negligência Emocional, onde rapazes com maiores níveis de negligência emocional apresentam mais comportamentos delinquentes. Sendo que não foram encontradas interações estatisticamente significativas nas dimensões Abuso Emocional, Abuso Físico e Negligência Física, no presente estudo.

As experiências traumáticas e a falta de capacidade para lidar com as mesmas pode levar a problemas comportamentais. Segundo a Teoria Geral da Tensão de Agnew (1992), os jovens podem ter comportamentos delinquentes porque nascem e desenvolvem-se em ambientes onde existem situações de maus tratos ou de *stress* e como tal, experienciam tensão. Esta Teoria considera que os jovens tendem a ter comportamentos desviantes devido a reações emocionais negativas como raiva, frustração ou vergonha, por estarem expostos a situações adversas, o que pode originar delinquência, pela falta de capacidade de lidar com as situações ou de saírem das

mesmas. Os jovens podem envolver-se em comportamentos delinquentes por sentirem tensão, o que conduz a emoções negativas, mas como não têm estratégias de *coping* adequadas, acabam por ter comportamentos delinquentes para reduzir as tensões que sentem, como consumir drogas, roubar ou ter outro tipo de comportamentos antissociais. Os rapazes tendem a responder a esta tensão com emoções, como raiva e frustração, que conseqüentemente pode levar a mais comportamentos delinquentes, dado que estes apresentam uma tendência maior para a ação, enquanto que as raparigas tendem a sentir uma maior culpabilização, podendo originar sintomas depressivos e de ansiedade. Ambos experienciam sentimentos de raiva, no entanto as emoções negativas que as raparigas sentem estão negativamente relacionadas com o facto de estas perpetuarem tantos comportamentos criminais ou desviantes (Sharp et al., 2005 citado por Jennings et al., 2009) (Braga et al., 2018; Jennings et al., 2009; Kozak et al., 2018; Widom, 2017).

Por abuso sexual entende-se a situação onde a criança não tem a capacidade de dar o seu consentimento em atividades de cariz sexual, que consiste na existência de contacto sexual ou conduta entre alguém menor de idade e um adulto ou alguém mais velho. Na dimensão do abuso sexual do presente estudo é perguntado aos participantes uma variedade de condutas sexuais. Jovens que experienciaram algum tipo de abuso de carácter sexual podem apresentar uma tendência para participar em comportamentos criminais como vandalismo, agressões, roubos; mas também em outros comportamentos desajustados (desonestidade em contexto escolar), como delinquência e problemas comportamentais. Jovens do sexo masculino que experienciaram este tipo de adversidade, podem demonstrar o seu envolvimento em mais comportamentos criminais e desviantes, comparativamente com as raparigas, tal como verificado no presente estudo (Sigfusdottir et al., 2008; McGrath et al., 2011; Kozak et al., 2018).

Na negligência emocional, os cuidadores do jovem não conseguem fornecer as necessidades emocionais e psicológicas básicas, como afeto, carinho, suporte e pertença. No que concerne à dimensão negligência emocional, esta pode levar o jovem a desenvolver distúrbios comportamentais, cognitivos, emocionais e mentais. Crianças e jovens que são emocionalmente negligenciados tendem a ter menores níveis de vinculação com os seus pais. Neste tipo de adversidade existe uma falta de afetividade, com pouco ou nenhum investimento por parte das figuras parentais ou cuidadores, onde não é demonstrada empatia, valorização e podem ainda ser expostos a situações de violência doméstica. Como percebemos, estes jovens não têm relações de afeto estabelecidas com os seus cuidadores e têm pouca regulação

emocional, o que conseqüentemente vai fazer com o que não tenham percepção do que constitui uma relação saudável e tenham dificuldades em entender as emoções dos outros, assim como distinguir o que é certo e errado, pois isto é desenvolvido inicialmente com a socialização na família. O facto de se sentirem sozinhos pode fazer com que estabeleçam relações com pares desviantes e assim terem comportamentos delinquentes. Apesar da literatura nem sempre diferenciar negligência física de negligência emocional, os nossos resultados mostram que jovens do sexo masculino que experienciam este tipo de adversidade estão mais predispostos a desenvolver comportamentos agressivos e delinquentes, tal como evidenciado noutros estudos (eg. Consumo de substâncias) (Hildyard & Wolfe, 2002; Logan- Greene & Jones, 2015; Stoltenborgh et al., 2013)

Em relação aos efeitos principais, através da análise dos resultados, conseguimos encontrar diferenças nos comportamentos delinquentes dos jovens em relação ao sexo, na medida em que os rapazes apresentam um maior número de comportamentos delinquentes que as raparigas, confirmando assim a primeira parte desta hipótese em estudo.

No que concerne às diferenças no sexo e à delinquência, sabemos que são vários os estudos realizados que demonstram que os rapazes apresentam uma maior predisposição e estão sujeitos a um maior número de fatores de risco para perpetuação de comportamentos desviantes (Braga & Gonçalves, 2014; Farrington et al., 2012; Junger-Tas, 2011; Marcotte et al., 2002). A adolescência é um período de transformações, como referido anteriormente, é nesta fase que a maioria dos jovens apresenta alguns comportamentos delinquentes. Os jovens do sexo masculino apresentam mais comportamentos delinquentes, pois estes podem apresentar alguns fatores que os tornam mais vulneráveis à delinquência, nomeadamente hiperatividade, dificuldades de aprendizagem, traços emocionais mais insensíveis, e impulsividade o que pode originar problemas de conduta (Junger-Tas, 2011; Simões & Matos, 2008).

Em relação às experiências traumáticas dos jovens e à delinquência, também tivemos como objetivo perceber se existem diferenças nos comportamentos delinquentes dos mesmos em função das suas experiências traumáticas na infância. Encontrámos diferenças nos resultados sendo que, jovens que vivenciaram um maior nível de experiências traumáticas em todas as dimensões (abuso sexual, abuso físico, abuso emocional, negligência física e negligência emocional), apresentaram mais comportamentos delinquentes, em comparação aos jovens que apresentaram menores níveis de experiências traumáticas nas mesmas dimensões, confirmando assim a segunda parte desta hipótese.

Os jovens que vivenciaram situações de maus tratos, abusos, negligência ou outros tipos de vitimização são jovens que estão predispostos a problemas de comportamento durante a adolescência e juventude, isto constitui preditores de problemas antissociais e criminais nos jovens (Basto-Pereira et al., 2016; Miley et al., 2020). O facto de os jovens passarem por experiências traumáticas a nível familiar, também se demonstra um preditor de comportamentos desviantes e de problemas de ajustamento, como referido anteriormente (Braga et al., 2017; Cunha et al., 2015). Situações de abuso físico, emocional e sexual, bem como evidências de negligência apresentam efeitos na agressividade e na globalidade dos comportamentos delinquentes dos jovens (Braga et al., 2017).

4. Modelos de Mediação das Experiências Traumáticas entre o Funcionamento Familiar, o Autocontrolo e os Comportamentos Delinquentes

Na quarta e quinta hipótese verificou-se a mediação das Experiências Traumáticas com as variáveis do estudo (Funcionamento familiar, Autocontrolo e Comportamentos Delinquentes). No primeiro modelo de mediação, as experiências traumáticas apresentam-se como variável mediadora da relação do funcionamento familiar e o autocontrolo, em que quanto mais funcional for o sistema familiar, menos experiências traumáticas os jovens tiveram. E consequentemente, quanto menos experiências traumáticas, mais autocontrolo os jovens desenvolveram.

Neste 1º modelo, a mediação não foi verificada, sendo assim as experiências traumáticas não são mediadoras da relação entre o funcionamento familiar e o autocontrolo. Segundo literatura (Fonseca & Simões, 2002; Gottfredson & Hirschi, 1990), sabemos que o autocontrolo é desenvolvido em primeira instância através da família e como tal, funcionamentos familiares saudáveis promovem o desenvolvimento da capacidade de autocontrolo. Os jovens que sofrem experiências traumáticas poderiam apresentar sistemas familiares mais disfuncionais, o que poderá influenciar a capacidade de desenvolvimento do autocontrolo. Fatores como o ambiente familiar, a supervisão parental, o laço entre pais e filhos e a dinâmica do sistema em si pode ser condicionada pela existência de adversidades como negligência e abusos, e consequentemente isto iria influenciar o desenvolvimento da capacidade de autocontrolo. É certo que nem todos os jovens que sofrem experiências de vitimização ao longo do seu desenvolvimento têm deficiências na capacidade de autocontrolo. Alguns jovens podem desenvolver mecanismos e

estratégias para se adaptarem e superarem estas mesmas experiências, tornando-se resilientes (Miley et al., 2020).

Desta forma o autocontrolo pode ser desenvolvido no seio familiar mesmo quando existem experiências traumáticas, através dos próprios jovens que vão desenvolvendo estratégias de adaptação, mas também através de outras instituições ou pessoas que ajudam no desenvolvimento do mesmo, como a escola, os professores ou figuras de referência das suas vidas (Gottfredson & Hirschi, 1990). Sendo assim, as experiências traumáticas no presente estudo, não se apresentaram como uma variável mediadora da relação do funcionamento familiar com o autocontrolo.

Em relação à quinta hipótese, testamos o segundo modelo de mediação onde as experiências traumáticas se apresentam como variável mediadora da relação do funcionamento familiar com os comportamentos delinquentes, em que quanto mais funcional for o sistema familiar menos experiências traumáticas os jovens tiveram e por sua vez, quanto menos experiências traumáticas, menos comportamentos delinquentes.

Através da análise de dados, nesta última hipótese confirmamos que as experiências traumáticas são uma variável mediadora da relação entre funcionamento familiar e comportamentos delinquentes. Como referido na discussão da hipótese 2 do presente estudo, sabemos que o funcionamento familiar e níveis desequilibrados de coesão e flexibilidade vão influenciar os comportamentos dos jovens, tanto em famílias com muitas regras, onde não existe muito espaço individual, como em famílias onde existe muita permissividade e poucas normas.

É de grande relevância abordar o efeito que as experiências traumáticas assumem nesta relação enquanto variável mediadora no presente estudo. A relação entre experiências traumáticas e comportamentos delinquentes tem vindo a ser cada vez mais estabelecida, quer em estudos, quer em meta-análises (Basto-Pereira et al., 2016; Braga et al., 2017; Braga et al., 2018; Miley et al, 2020). Jovens que são vitimizados e sofrem maus tratos apresentam maiores riscos de terem comportamentos delinquentes durante a adolescência e juventude. As experiências traumáticas que ocorrem a nível familiar podem ter repercussões severas no desenvolvimento físico e psicológico dos jovens, como por exemplo: problemas de ajustamento, comportamentos delinquentes, deficiências a nível cognitivo e físico. Estes maus tratos podem resultar em danos na saúde do jovem. No presente estudo abordamos maus tratos, como a negligência física e emocional e o abuso sexual, físico e emocional e todos constituem

fatores de risco para os comportamentos delinquentes. O facto de os jovens experienciarem períodos negativos durante o seu desenvolvimento pode fazer com que estes desenvolvam emoções como raiva ou frustração e, conseqüentemente por falta de capacidade de gestão de emoções tenham comportamentos antissociais, sendo estes comportamentos uma maneira de o jovem lidar com ambientes onde existe história de abuso ou negligência (Braga et al., 2018).

Os jovens também podem aprender comportamentos ou atitudes através da forma como são tratados ou através da observação de como as figuras parentais se tratam entre si, tal como é explicado na Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1961). Esta teoria postula que a aprendizagem por observação ocorre através da modelagem, onde o jovem observa um comportamento, e seguidamente ocorre um processo cognitivo que não é apenas imitação do comportamento, mas também a representação deste, pelo próprio indivíduo. A modelagem vai depender das características tanto de quem pratica o comportamento, como da pessoa que o observa, assim como do comportamento em si e das conseqüências do mesmo. Naturalmente, os jovens prestam muita atenção aos comportamentos das pessoas que os rodeiam e a atenção é algo muito importante neste processo, na medida em que existe uma tendência para observar as pessoas que constituem uma referência nas suas vidas, como a família; bem como comportamentos que se consideram importantes e normativos devido à sua frequência e valor (Bandura et al., 1961).

Jovens que sofreram situações de abuso, negligência ou assistem a situações de violência podem muitas vezes aprender este tipo de comportamentos e acreditar que a violência é uma maneira de resolver conflitos e assim repetir este tipo de comportamentos nas suas relações futuras, seja em relações íntimas ou com pares. Ou seja, conseguimos perceber que a observação e a aprendizagem de modelos de comportamentos por parte de figuras de referência podem constituir uma forma de aprendizagem de comportamentos delinquentes, podendo também explicar a relação existente entre práticas parentais pouco eficazes poderem resultar em jovens com problemas de conduta (Braga et al., 2018).

Considerações Finais

No presente estudo, julgamos evidenciar a importância que a família, o autocontrole e as experiências traumáticas têm nos comportamentos delinquentes. As experiências traumáticas vivenciadas durante o período da infância a nível familiar demonstram-se muito importantes no desenvolvimento comportamental e cognitivo dos jovens. Devido à importância deste tema, é essencial que se continue a desenvolver esta temática de forma a ajudar os jovens a adquirir competências e estratégias para aumentar a capacidade de autocontrole, que segundo a Teoria Geral do Crime é muito importante para resistir aos comportamentos delinquentes.

Os jovens podem estar expostos a diversos fatores que podem influenciar os seus comportamentos, de forma direta ou indireta. As intervenções ao nível sistémico constituem-se de grande relevância, na medida em que é notório o papel que a família apresenta no desenvolvimento do jovem, nomeadamente ao nível comportamental.

É fundamental que outras entidades ou pessoas que estão presentes na vida dos jovens, que lidam e convivem com estes, como a escola, os professores, os auxiliares e os pares, sejam pessoas atentas de forma a poderem reconhecer possíveis sinais, que os jovens podem evidenciar de estarem a sofrer algum tipo de maus tratos. Tudo isto pode ter um papel preventivo e, conseqüentemente pedagógico com possível intervenção clínica ao nível individual ou sistémico; no desenvolvimento dos comportamentos delinquentes dos jovens, pois vai ajudar o jovem a lidar com estas adversidades e possivelmente dar-lhe mecanismos importantes para o seu futuro.

Limitações e Propostas de Estudos Futuros

Como em qualquer investigação também encontramos algumas limitações. Neste estudo o facto dos dados terem sido recolhidos através de instrumentos de autorrelato revelando apenas a perspectiva do participante dos factos, e a sua perspectiva da realidade. O facto de o funcionamento familiar ser avaliado como um todo, o que não permite diferenciar as várias relações que se podem estabelecer no sistema familiar (por exemplo a relação com o pai pode ser diferente da relação que o jovem tem com a mãe). Por fim, as escalas da coesão aglutinada do FACES IV e a dimensão da negligência emocional do Questionário de Traumas de Infância possuem uma consistência interna relativamente mais baixa.

Para estudos futuros abordando esta temática através da Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi, penso que seria relevante perceber de que forma é que as escolas podem influenciar o autocontrolo nos jovens, ou seja os fatores que podem promover esta capacidade nos jovens, quando este não é promovido no meio familiar. Tal como referido por estes autores, o autocontrolo pode ser desenvolvido noutras instituições, como por exemplo, a escola. A escola também tem legitimidade para corrigir os comportamentos desviantes dos jovens e assim promover o desenvolvimento do autocontrolo, para que os jovens percebam que o comportamento não é correto.

Consideramos ser relevante perceber quais os fatores que podem promover a resiliência nos jovens, de forma a estes gerirem as experiências negativas da sua vida e evitarem possíveis problemas de conduta. Sabemos que nem todos os jovens que sofrem experiências traumáticas se tornam delinquentes, como tal estudar os fatores de promoção de resiliência e estratégias adaptativas seria muito importante e relevante para ajudar estes jovens no seu futuro, bem como evitar o seu envolvimento em comportamentos delinquentes.

Referências bibliográficas

- Andrews, D. A, Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct*. 5ª Edição. Anderson Publishing.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63(3), 575. <https://doi.org/10.1037/h0045925>
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The Moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: Conceptual, Strategic, and Statistical Considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6), 1173-1182. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.51.6.1173>
- Basto-Pereira, M., & Farrington, D. P. (2019). Advancing knowledge about lifelong crime sequences. *The British Journal of Criminology*, 59(2), 354-377. <https://doi.org/10.1093/bjc/azy033>
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, A. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child abuse & neglect*, 62, 63-75. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.10.011>
- Basto-Pereira, M., & Maia, A. (2017). *Juvenile Delinquency, crime and social marginalization: Social and Political Implications*. Emerald Publishing Limited
- Bernstein, D. P., Stein, J. A., Newcomb, M. D., Walker, E., Pogge, D., Ahluvalia, T., & Zule, W. (2003). Development and validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. *Child abuse & neglect*, 27(2), 169-190. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00541-0](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00541-0)
- Born M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Climepsi Editores
- Braga, T., Cunha, O., & Maia, Â. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and violent behavior*, 40, 91-100. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.003>
- Braga, T., Gonçalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, A. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective

- longitudinal studies. *Aggression and violent behavior*, 33, 37-50.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.006>
- Braga, T., & Gonçalves, R. J. A. (2014). Delinquência juvenil: da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa*, 4, 95-116
- Conde, R., & Teixeira, S. (2018). Delinquência juvenil em Portugal: estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1), 47-59. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1844>
- Cunha, C., Soares, M., Veríssimo, L., & Matos, R. (2015). Família, pares e delinquência juvenil: Análise de diferentes percursos de reincidência. *Revista de Psicologia*, 24(2). <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2015.38134>
- Dias, A., Sales, L., Carvalho, A., Castro Vale, I., Kleber, R., & Mota Cardoso, R. (2013). Estudo de propriedades psicométricas do Questionário de Trauma de Infância–Versão breve numa amostra portuguesa não clínica. *Laboratório de Psicologia*, 11(2), 103-120. <https://doi.org/10.14417/lp.713>
- Farrington, D. P., Coid, J. W., Harnett, L. M., Jolliffe, D., Soteriou, N., Turner, R. E., & West, D. J. (2006). Criminal careers up to age 50 and life success up to age 48: New findings from the Cambridge Study in Delinquent Development (Home Office Research Study No. 299). London: Home Office.
- Farrington, D. P. (2009). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.) *Handbook of adolescent psychology: Individual bases of adolescent development* (p. 683–722). John Wiley & Sons Inc.
- Farrington, D., Loeber, R., Ttofi, M. M. (2012). Risk and Protective Factors for Offending. In Welsh, Brandon C. and Farrington, David P (Eds.). *The Oxford handbook of crime prevention* (pp. 46-69). New York: Oxford University Press.
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, 913-924.
- Fonseca, A. C. & Simões, A. (2002). A teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do autocontrolo, da família e das oportunidades. In Fonseca, A. C. (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família: uma abordagem científica*. (pp.245-267). Coimbra: Almedina

- Gomes, H. M. D. S., & Pereira, M. G. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrole. *Análise Psicológica*, 32(4), 439-451. <http://dx.doi.org/1014417/ap.32.3.958>
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Gouveia-Pereira, M., Gomes, H., Miranda, M., & Candeias, M. D. J. (2020). Coesão e flexibilidade familiar: Validação do pacote FACES IV junto de adolescentes portugueses. *Análise Psicológica*, 38(1), 111-126. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1651>
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Guerra, V. M., da Fonseca, P. N., & Gouveia, R. S. (2013). Escala de Autocontrole: adaptação brasileira e evidências de validade de construto. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 12(3), 379-386.
- Gruszczynska, B., Lucia, S., Killias, M. (2011). Juvenile Victimization from an International Perspective. In Junger-Tas, J., Marshall, I. H., Enzmann, D., Killias, M., Steketee, M., & Gruszczynska, B. *The many faces of youth crime*. (pp.95-117). Springer New York.
- Hildyard, K. L., & Wolfe, D. A. (2002). Child neglect: developmental issues and outcomes. *Child abuse & neglect*, 26(6-7), 679-695. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00341-1](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00341-1)
- Jennings, W. G., Piquero, N. L., Gover, A. R., & Pérez, D. M. (2009). Gender and general strain theory: A replication and exploration of Brody and Agnew's gender/strain hypothesis among a sample of southwestern Mexican American adolescents. *Journal of Criminal Justice*, 37(4), 404-417. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.06.007>
- Junger-Tas, J. (2011). The Importance of the Family. In Junger-Tas, J., Marshall, I. H., Enzmann, D., Killias, M., Steketee, M., & Gruszczynska, B. *The many faces of youth crime*. (pp.185-209). Springer New York.
- Kagan, J. (2004). Comportamento Antissocial: contributos culturais, vivências e temperamentais. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 1-10). Coimbra: Almedina.
- Kozak, R. S., Gushwa, M., & Cadet, T. J. (2018). Victimization and Violence: An Exploration of the Relationship Between Child Sexual Abuse, Violence, and Delinquency. *Journal*

of Child Sexual Abuse, 27(6), 699–717.
<https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1474412>

- Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação Familiar da conduta delinquente em adolescentes. In Fonseca, A. C. (Ed.). *Comportamento Anti-Social e Família: uma abordagem científica*. (pp.37-90). Coimbra: Almedina.
- Lemos, I. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 28(1), 117-132. <https://doi.org/10.14417/ap.258>
- Lippert, E., Trindade, J. (2019). A delinquência Juvenil: Análise da in(capacidade) de autopercepção do futuro. In Amaro, F & Costa, D. (coord). *Criminologia e Reinserção Social*. (pp.177-201). Factor - Edições de Ciências Sociais, Forense e Educação
- Loeber, M., Wei, E., Loeber, R. & Masten, A. (2004) "Desistance from persistent serious delinquency in the transition to adulthood." *Development and psychopathology*. 16,4, 897-918. <https://doi.org/10.1017/S0954579404040064>
- Luzes, C. A. (2010). Um olhar psicológico sobre a delinquência. *Psicologia. Recuperado em, 17*.
- Machado, T.S. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 291-321). Coimbra: Almedina.
- Marcelli, D. & Braconnier, A. (2005). Adolescência e psicopatologia (6ª ed). Lisboa: Climepsi Editores.
- Marcotte, G., Marcotte, D., & Bouffard, T. (2002). The influence of familial support and dysfunctional attitudes on depression and delinquency in an adolescent population. *European Journal of Psychology of Education*, 17, 76. <https://doi.org/10.1007/BF03173591>
- Marôco, J. (2014). Análise Estatística com o SPSS Statistics: 6ª Edição. ReportNumber, Lda
- McGrath, S. A., Nilsen, A. A., & Kerley, K. R. (2011). Sexual victimization in childhood and the propensity for juvenile delinquency and adult criminal behavior: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 16(6), 485-492. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.03.008>

- Miley, L. N., Fox, B., Muniz, C. N., Perkins, R., & DeLisi, M. (2020). Does childhood victimization predict specific adolescent offending? An analysis of generality versus specificity in the victim-offender overlap. *Child Abuse & Neglect*, *101*, 104328. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104328>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, *100*(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Monteiro, P., & Confraria, L. (2014). Adolescência. In P. Monteiro (coord.), *Psicologia e psiquiatria da infância e adolescência* (pp. 339- 358). Lisboa, Portugal: Lidel.
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Trajetória de adolescentes em conflito com a lei após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. *Psico*, *45*(4), 541-550. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.12978>
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicologia*, *13*(2), 69-77.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis: Trajetórias, Intervenções, Prevenção* Lisboa: Editorial Notícias
- Olson, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, *22* (2), 144-167. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00144>
- Olson, D. H. (2010). *Faces IV Manual*. Minneapolis: Life Innovations, Inc.
- Olson, D. (2011). FACES IV and the circumplex model: Validation study. *Journal of marital and family therapy*, *37*(1), 64-80. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2009.00175.x>
- Olson, D. H. & Gorall, D. M. (2003). Circumplex Model of marital & family systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal Family Processes* (3rd Ed.). (pp 514-547). New York: Guilford.
- Pechorro, P., DeLisi, Matt., Abrunhosa Gonçalves R., Quintas, J., & Palma, H. (2019): The Brief Self-Control Scale and Its Refined Version among Incarcerated and Community Youths: Psychometrics and Measurement Invariance. *Deviant Behavior*, 1-18. <https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1684942>

- Quinsey, V. L., Skilling, T. A., Lalumière, M. L. & Craig, W. M. (2004). Juvenile delinquency - Understanding the origins of individual differences. Washington, DC: American Psychological Association.
- Rodrigues, E. & Lobo-Fernandes, M, J. (2014). Maus Tratos a Crianças e Jovens. In P. Monteiro (coord.), *Psicologia e psiquiatria da infância e adolescência* (pp. 423- 432). Lisboa, Portugal: Lidel.
- Sampaio, M. & Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar*. Lisboa: Afrontamento.
- Sanches, C., Gouveia-Pereira, M., Marôco, J., Gomes, H., & Roncon, F. (2016). Deviant behavior variety scale: development and validation with a sample of Portuguese adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0035-7>
- Sawyer, S. M., Azzopardi, P. S., Wickremarathne, D., & Patton, G. C. (2018). The age of adolescence. *The Lancet Child & Adolescent Health*, 2(3), 223-228. [https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(18\)30022-1](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(18)30022-1)
- Simões, C., & Matos, M. G. (2008). Juvenile delinquency: Analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain, Behavior*, 12(4).
- Steketee, M. (2011). The Lifestyles of Youth and their Peers. In. Junger-Tas, J., Marshall, I. H., Enzmann, D., Killias, M., Steketee, M., & Gruszczynska, B. *The many faces of youth crime*. (pp.237-255). Springer New York.
- Stattin, H., & Kerr, M. (2000). Parental monitoring: A reinterpretation. *Child development*, 71(4), 1072-1085. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00210>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Van Ijzendoorn, M. H. (2013). The neglect of child neglect: a meta-analytic review of the prevalence of neglect. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 48(3), 345-355. <https://doi.org/10.1007/s00127-012-0549-y>
- Thornberry, T.P. & Krohn, M.D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspetiva interacionista. In A.C.Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra: Almedina.

- Wasserman, Gail A., Keenan, Kate, Tremblay, Richard E., Coie, John D., Herrenkohl, Todd I., Loeber, Rolf & Petechuk, David (2003). Child Delinquency. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, pp. 1-16.
- Widom, C. S. (2017). Long-term impact of childhood abuse and neglect on crime and violence. *Clinical psychology: science and practice*, 24(2), 186-202. <https://doi.org/10.1111/cpsp.12194>
- Wilkinson, A., Lantos, H., McDaniel, T., & Winslow, H. (2019). Disrupting the link between maltreatment and delinquency: how school, family, and community factors can be protective. *BMC Public Health*, 19(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-019-6906-y>

Anexos

Anexo A: Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar

1	2	3	4	5
Discordo Fortemente	Discordo	Não Concordo nem Discordo	Concordo	Concordo Fortemente

	1	2	3	4	5
1.Os membros da minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros					
2.A minha família tenta novas formas de lidar com os problemas.					
3.Nós damos-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro.					
4.Os membros da minha família sentem-se pressionados a passarem juntos a maior parte do seu tempo livre.					
5.Na nossa família, há consequências rigorosas para quem quebra as regras.					
6.Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar.					
7.Os membros da minha família sentem-se muito próximos uns dos outros.					
8.Os pais partilham a liderança na nossa família.					
9.Os membros da minha família parecem evitar o contacto uns com os outros quando estão em casa.					
10.Nós ressentimo-nos quando os membros da família fazem coisas fora da família.					
11.Existem consequências claras quando um membro da minha família faz alguma coisa errada.					
12.Na nossa família as coisas (tarefas/ atividades) não são feitas.					
13.Os membros da minha família apoiam-se uns aos outros durante tempos difíceis.					
14.Na nossa família a disciplina/regras são justas.					
15.Os membros da minha família sabem muito pouco acerca dos amigos dos outros membros da família.					

1	2	3	4	5
Discordo Fortemente	Discordo	Não Concordo nem Discordo	Concordo	Concordo Fortemente

	1	2	3	4	5
16.Os membros da família sentem-se culpados se quiserem passar o seu tempo longe da família.					
17.Na nossa família há uma regra para quase todas as situações.					
18.A nossa família sente-se sobre pressão e desorganizada.					
19.Os membros da minha família consultam/ conversam com os outros membros da família sobre decisões importantes.					
20.Quando necessário, a minha família é capaz de se ajustar à mudança.					
21.Os membros da minha família “estão por sua conta” quando existe um problema por resolver.					
22.Os membros da minha família gostam de passar algum do seu tempo livre uns com os outros.					
23.Quando surgem problemas, nós estabelecemos compromissos.					
24.A minha família raramente faz coisas/atividades em conjunto.					
25.Os membros da minha família estão satisfeitos com a forma como comunicam uns com os outros.					
26.Os membros da minha família são muito bons ouvintes.					
27.Os membros da minha família expressam afetos uns pelos outros.					
28.Os membros da minha família são capazes de pedir uns aos outros o que querem.					
29.Os membros da minha família podem calmamente discutir os problemas uns com os outros.					
30.Os membros da minha família discutem as suas ideias e crenças uns com os outros.					
31.Quando os membros da minha família fazem perguntas uns sobre os outros obtêm respostas honestas.					
32.Os membros da minha família tentam compreender os sentimentos uns dos outros.					
33.Quando zangados, os membros da minha família raramente referem aspetos negativos acerca uns dos outros.					
34.Os membros da minha família expressam os seus verdadeiros sentimentos uns aos outros.					

Anexo B: Questionário de Traumas de Infância

Na minha infância e juventude...	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Eu não tinha/tenho comida suficiente					
Sabia que havia/há alguém para me cuidar e proteger.					
As pessoas da minha família chamavam-me/chamam-me nomes (estúpido(a), preguiçoso(a), feio(a), etc.)					
Os meus pais não conseguiam/conseguem cuidar da família porque se embriagavam ou drogavam					
Havia/Há alguém na minha família que me ajudava/ajuda a sentir especial ou importante					
Tinha/Tenho que usar roupas sujas					
Senti-me/Sinto-me amado(a).					
Achava/Acho que os meus pais preferiam que eu nunca tivesse nascido					
Na minha família batiam-/batem-me tanto que tinha que ir ao hospital ou ao médico.					
A minha família parecia/parece quase perfeita.					
Na minha família batiam-me/batem-me tanto que me deixavam pisado ou com nódoas negras no corpo.					
Batiam-me/Batem-me com um cinto, um pau, uma corda ou outras coisas que me magoavam.					
As pessoas da minha família cuidavam/cuidam umas das outras.					
Pessoas da minha família diziam/dizem coisas que me magoaram ou ofenderam.					
Acredito que fui/sou fisicamente maltratado.					
Tive uma ótima infância					
Batiam-me/Batem-me tanto que um professor, um vizinho ou um médico chegou a dar-se conta disso					
Sentia/Sinto que na minha família alguém me odiava.					
As pessoas da minha família eram/são unidas.					
Tentaram/Tentam tocar-me ou obrigaram-me a tocar alguém sexualmente.					
Ameaçaram/Ameaçam magoar-me ou contar mentiras sobre mim se eu não fizesse algo sexual					
Tive/Tenho a melhor família do mundo.					
Tentaram/tentam forçar-me a fazer ou a assistir a algo sexual.					
Alguém me assediou.					
Acredito que fui/sou maltratado(a) emocionalmente.					
Havia/Há alguém para me levar ao médico quando eu precisava/preciso					
Acredito que fui/sou abusado sexualmente.					
A minha família foi/é uma fonte de força e apoio.					

Anexo C: Escala Breve de Autocontrole

	Nada	Muito
1. É-me difícil quebrar os meus maus hábitos.	1	5
2. Sou preguiçoso.	1	5
3. Digo coisas inapropriadas.	1	5
4. Faço coisas que são más para mim se essas coisas forem muito divertidas.	1	5
5. Recuso-me a fazer certas coisas que sei serem más para mim.	1	5
6. Gostaria de ter mais capacidade de autodisciplina.	1	5
7. Sou bom a resistir às tentações.	1	5
8. As pessoas dizem que eu tenho uma autodisciplina muito forte.	1	5
9. O prazer e o divertimento por vezes afastam-me das minhas obrigações.	1	5
10. Tenho dificuldades em me concentrar nas coisas que faço.	1	5
11. Consigo trabalhar eficazmente nos objetivos a longo prazo.	1	5
12. Por vezes não consigo evitar fazer certas coisas, mesmo sabendo que são erradas.	1	5
13. Frequentemente faço as coisas sem pensar bem nas alternativas.	1	5

Anexo D: Escala de Variedade dos Comportamentos Desviantes

	SIM	NÃO
1. Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas?		
2. Mentiste a adultos (Ex: familiares, professores, etc.)?		
3. Consumiste cocaína ou heroína?		
4. Usaste uma moto ou um carro para ir dar uma volta sem a autorização do dono ou proprietário?		
5. Bateste a um adulto (Ex: professor, familiar, agente de segurança, etc.)?		
6. Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete?		
7. Estragaste ou destruístes bens públicos ou privados (Ex: parquímetros, sinais de trânsito, carros, etc.)?		
8. Consumiste haxixe (“ganzas”) ou marijuana (“erva”)?		
9. Roubaste alguma coisa que valia mais de que 50 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)?		
10. Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem?		
11. Vendeste droga (Ex: haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc...)?		
12. Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros (Ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)?		
13. Faltaste às aulas porque não te apeteceu ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta?		
14. Conduziste uma moto ou um carro sem ter carta de condução?		
15. Consumiste LSD (“ácidos”), ecstasy (“pastilhas”) ou anfetaminas (“speeds”)?		
16. Transportaste uma arma (ex.: navalha, pistola, etc.)?		
17. Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros (Ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)?		
18. Fizeste grafitis em edifícios ou noutros locais (Ex: escola, transportes, muros, etc.)?		
19. Assaltaste um carro, uma casa loja, escola ou outro edifício?		

Acima estão enumerados 19 comportamentos. De todos, diz-me quantos já realizaste ao longo da tua vida? ___ (0-19)